

Mulheres na Primeira Guerra Mundial: Mudança e Permanências

Helena Neves*

Resumo

A densa produção histórica e sociológica sobre a Primeira Guerra Mundial, como aliás sobre os grandes conflitos que se seguiram, no exíguo espaço concedido às vivências femininas, reproduziu, predominantemente, o paradigma essencialista que (des)figura a história europeia e mundial: os homens, no seu papel natural, guerreiros nas frentes, as mulheres na assistência filantrópica e na enfermagem, *maternidade social*, inerente à feminil natureza. Breves as abordagens sobre a mobilização feminina para o trabalho produtivo, considerado exceção imposta pelo momento, e daí a sua transitoriedade. O pós-guerra traria o regresso à *normalidade*: retorno das mulheres ao lar, glorificadas como parideiras da nação, dever patriótico no contexto da obsessão natalista imposta em parte pela enorme quebra demográfica, mas também pelo defensismo face a um tempo em que nada mais voltaria a ser o mesmo, marcante a experiência de liberdade feminina no tempo da guerra, transformada a relação dialética entre os sexos. Mudança que, na maioria das análises teóricas, se saldaria por uma nítida influência na emancipação feminina.

Estudos mais recentes, particularmente no campo académico da investigação feminista, trazendo uma outra visibilidade à questão das mulheres no tempo de guerra, aprofundando os contornos das mudanças e permanências, contestam a linear perspectiva otimista da influência da guerra de na emancipação das mulheres.

Palavras-chave: mobilização das mulheres, movimento e luta feministas, Cruzada das Mulheres Portuguesas, pacifismo, escrita de mulheres

* Professora da ULHT e membro do CEIS20 da Universidade de Coimbra.

70 *Abstract*

The dense historical and sociological literature about the First World War, as indeed about the major conflicts that followed, at the limited space given to women's experiences, played predominantly the essentialist paradigm that (dis)figure the European and world history: men in their natural role of warriors on the fronts, women in philanthropic assistance and nursing, social motherhood, inherent to womanly nature. Brief the approaches on women's mobilization for productive work, regarded as exception imposed by the moment, and hence its transience. The post-war would bring the situation back to normal: return of women to the home, glorified as the nation's breeders, patriotic duty in the context of natalist obsession imposed in part by the huge demographic breakdown, but also by defencism facing a time when nothing else would be the same, being striking the female experience of freedom in wartime, transformed in dialectical relationship between the sexes. Change which would result, according most of the theoretical analysis, in a marked influence on women's emancipation. More recent studies, particularly in the academic field of feminist research, bringing another visibility to the issue of women in wartime, deepening the contours of the changes and continuities, challenge the linear optimistic view of the influence of war on women emancipation.

Keywords: mobilization of women, feminist movement and struggle, Crusade of Portuguese Women, pacifism, women writing

Como surpreender que, em vésperas da Primeira Guerra Mundial, a guerra fosse para os povos da Europa algo longínquo, mesmo impensável?

O século XIX fora o prefácio do futuro radioso, nomeadamente com a emergência de descobertas e de novos campos científicos (psicanálise, biologia, química), de ruturas estéticas num movimento artístico pujante e o espantoso desenvolvimento tecnológico num contexto de produção industrial crescente. O capitalismo prosperava solidamente, com as potências ocidentais em pleno surto expansionista.

Assim, no início do século XX, o presente surgia como a antecâmara do melhor dos mundos possível, apesar das conflitualidades verificadas ou latentes e do facto de a mão de obra que o sustentava se manifestar irrequieta em crescentes movimentos grevistas e de contestação, reforçando-se a organização e a luta social do proletariado. Ainda que o movimento feminista mobilizasse cada vez mais mulheres da burguesia, surgindo como frente organizada e crescentemente combativa, a maioria das mulheres permanecia no seu lugar: a esfera privada, a casa, *domus*, gineceu, lugar considerado inscrito na sua própria natureza, legitimado desde sempre pela ciência masculina. Pese, pois, embora a luta social, em particular a luta operária e o feminismo contagiando mulheres da burguesia, a ordem social classista e patriarcal, de diferenciação de classes e de desigualdade de sexos, estava segura. Pelo menos, mais do que no agitado final do século XVIII e no século XIX, com o acontecimento da Comuna de Paris em 1792 e outras aventuras procurando dar vida ao projeto de emancipação proletária contida, particularmente, no socialismo utópico, marxismo e no anarquismo, e ao ideal de igualdade social do feminismo. No alvorecer de 1900, o poder encontrara formas de prevenção e de defesa contra os riscos de inquietação e de instabilidade sociais.

Nesta ambiência, o atentado de Sarajevo com o assassinio de Francisco Fernando, arquiduque herdeiro do trono do Império Austro-Húngaro, em 28 de junho de 1914, será pouco relevante na imprensa europeia e na opinião pública. Desatenta estava a maior parte dos governos perante o acontecimento do qual emergem tensões tornadas insuperáveis, inicialmente a nível regional, que assumem, inesperada e velozmente, um âmbito internacional.

Em 28 de julho de 1914, a Áustria-Hungria declara guerra à Sérvia, ato primeiro a desencadear a Primeira Guerra Mundial. Quase

72 inesperadamente, na Europa, tida como continente de paz, progresso e desenvolvimento, a guerra torna-se presente, desprevenida a opinião pública, surpreendidos os povos.

Paralelamente ao espanto e consternação manifestos nos diferentes países da Europa e nos Estados Unidos, verificava-se uma quase certeza: a guerra seria breve, passageira... uma quase certeza evidente nos primeiros momentos de mobilização de ambos os lados. Alemanha e Império Austro-Húngaro, por um lado, Rússia, França e Grã-Bretanha, por outro, bloco dos Aliados, ao qual progressivamente se unem a Bélgica, a Itália, os Estados Unidos, o Japão, Portugal e outros com menor intervenção, vivem o início do conflito num clima de efervescência nacionalista militarista festiva, particularmente nos meios urbanos. «Na manhã seguinte cheguei à Áustria. Em todas as estações estavam os cartazes que haviam anunciado a mobilização geral. Os comboios enchiam-se de recrutas acabados de chegar, estandartes esvoaçavam. A música ribombava, encontrei a cidade de Viena em delírio. O receio inicial causado pela guerra, essa guerra que ninguém tinha querido, nem os povos, nem o governo, essa guerra que contra a sua própria intenção, havia fugido da mão desastrada dos diplomatas que com ela haviam brincado e feito *bluff*, dera lugar a um entusiasmo repentino. Havia desfiles pelas ruas, de repente por todo o lado, o fulgor dos estandartes, das faixas, da música, os jovens recrutas avançando em marcha triunfal e de rosto luminoso, por se verem festejados, eles, gente pequena da vida quotidiana, que antes nunca ninguém notara ou saudara» (Zweig, 2005: 246).

Na realidade, «[q]uase todos os soldados imaginam uma guerra curta e cavalheiresca em que podem exprimir-se altos valores e expandir-se a comunidade dos homens, imagem anacrónica confirmada pelo traje ou pelo ritual, a calça vermelha em França, o tambor na Alemanha. Por todo o lado, a partida dos soldados dá lugar a cenas coletivas de patriotismo em que são abolidas as distâncias sociais e em que as lágrimas femininas são menos bem aceites do que as aclamações» (Thébaud, 1995: 35).

No entanto, as fotografias da época do desfile das tropas entre a multidão mostram rostos tristes pela partida, ansiosos de uma chegada que não ocorrerá para cerca de 10 milhões de homens. Quer os que regressarão, quer os que permaneceram não mais serão os mesmos depois de tão brutal vivência, de tão abismal ultrapassagem dos limites.

No núcleo da mudança irreversível impondo-se a nostalgia de uma ilusão que fosse de segurança. Como única certeza, a vulnerabilidade irreversível, expressivamente exposta nas palavras escritas por Paul Valéry na manhã do dia seguinte ao final da guerra: «Nós, civilizações, sabemos agora que somos mortais. Tínhamos ouvido falar de mundos desaparecidos completamente, de impérios metidos a pique com todos os seus homens e os seus engenhos; atirados para o fundo inexplorável dos séculos com os seus deuses e as suas leis, as suas academias e as suas ciências puras e aplicadas, com as suas gramáticas, os seus dicionários, os seus clássicos, os seus românticos e os seus simbolistas, os seus críticos e os críticos dos seus críticos. Sabíamos bem que toda a terra aparente é feita de cinzas, que a cinza significa alguma coisa. Descobrimos através da espessura da história, os fantasmas de imensos navios que estiveram carregados de riqueza e de espírito. Não podíamos contá-los. Mas esses naufrágios, afinal de contas, não eram da nossa conta.

Élam, Ninive, Babilónia eram belos nomes vagos e a ruína total desses mundos tinha para nós tão pouco significado como a sua própria existência. Mas *França, Inglaterra, Rússia...* seriam também belos nomes. *Lusitânia* é também um belo nome. E nós vemos agora que o abismo da história é suficientemente grande para toda a gente. Sentimos que uma civilização tem a mesma fragilidade que uma vida» (Valéry, 1924: 11-12).

1. Mobilização de Homens, Mobilização de Mulheres

Em breve a ilusão de uma guerra passageira, quase fácil, se dilui num *continuum* de mobilizações de homens para a frente de batalha, para as trincheiras que crescem engolindo povos e terras. Nos quatro anos e meio da guerra serão mobilizados mais de 70 milhões de homens de todos os continentes. A guerra originariamente europeia conhece uma rápida mundialização por força de alianças internacionais e dado o envolvimento imposto aos povos dos impérios coloniais europeus: 2 milhões de homens das colónias francesas e britânicas partirão para as frentes na Europa, além de milhares de indianos e chineses servindo na retaguarda das linhas da frente. E muita população civil das colónias, sobretudo de África do Norte e da Indochina, é requisitada para a produção nos países em guerra, carentes de mão de obra. Pelo bloco dos Aliados, 8 milhões

74 de franceses, mais de 60% da população ativa masculina, 6 milhões no Reino Unido, número a partir de 1916, ano em que a mobilização é decretada como obrigatória após dois anos de voluntariado, 5,3 milhões de italianos, 90 mil portugueses, 2,7 milhões de americanos e milhares de sérvios, russos, japoneses. Por parte das potências do Eixo, 12,7 milhões de alemães, 8,8 milhões de austríacos e húngaros, 400 mil búlgaros e 3 milhões do Império Otomano, império responsável pelo primeiro genocídio do século XX com a deportação e massacre de 1,5 milhões de arménios, a maior parte mulheres e crianças, em 1915.

A mobilização dos homens para a frente da batalha implicará a mobilização das mulheres. Inicialmente, parcelar, cautelosa. Constituindo-se como vertente primeira, tornada permanente e crescente, a assistência social e a enfermagem configuram-se como *maternidade social*, prolongamento do seu papel na família. A intervenção assistencial, na qual a experiência filantrópica do movimento feminista e das organizações femininas religiosas se revela preciosa, exerce-se no interior dos países quer através de obras de caridade dirigidas àqueles que a guerra mais empobrece (as famílias de mobilizados, sem recursos, sobretudo mulheres e crianças, órfãos, as viúvas de guerra, desempregados e refugiados), quer orientada para apoio material e moral aos mobilizados. As associações feministas e outras apelam e agrupam mulheres, nomeadamente das classes mais elevadas, em torno deste trabalho: desde a criação de formas e estruturas de apoio às populações carenciadas, ao envio de alimentos e agasalhos para os homens na frente e nos campos, ao incremento de madrinhas de guerra, que se consagrará como estrutura de apoio psicológico considerado dever patriótico.

Este âmbito de mobilização específica vai implicar necessariamente o investimento na formação e desenvolvimento da profissão de enfermagem, área enaltecida como exercício social da função da maternidade inscrita no corpo e alma das mulheres: «Uma mulher nasce enfermeira» (Bard, 2001: 18). Entre as muitas imagens de enfermeiras exortando à guerra, um cartaz americano exibindo uma avantajada enfermeira com um pequeno soldado ferido nos braços apresenta como legenda «A maior Mãe do Mundo».

«Os homens na frente, as mulheres nas ambulâncias», tal será a divisa da União das Mulheres Francesas ecoando por todos os países envolvidos, incluindo Portugal. Mobilização que se revelará menos tranquila do que a mera assistência filantrópica, porque no seu exercício se

insinuam riscos de subversão do enquadramento ideológico secular das identidades masculina e feminina.

Em todos os países envolvidos no conflito, muitas mulheres, a maioria da classe média ou alta, enfermeiras de formação ou simplesmente voluntárias, aprendizas, auxiliares, religiosas e civis, cuidarão dos soldados nos hospitais dos respectivos países e nos hospitais auxiliares da Cruz Vermelha, organização internacional que a Convenção de Genebra, em 1864, reconheceu com fundamental capacidade de intervenção na assistência aos feridos, prisioneiros de guerra e populações civis. É sobretudo através desta organização não-governamental que as enfermeiras e auxiliares estarão presentes na proximidade das frentes de batalha, salvando centenas de milhares de vidas. Aliás, o papel internacional da Cruz Vermelha será reconhecido através da atribuição do Prémio Nobel da Paz em 1917. «A Cruz Vermelha internacional foi uma das mais puras luzes que iluminaram a noite desses anos trágicos. Foi a consoladora dos infelizes, a guardiã da fraternidade humana», afirma Romain Rolland, escritor pacifista, opositor à Primeira Guerra Mundial, que também se destacará posteriormente no movimento de intelectuais contra a Segunda Guerra Mundial, contida e anunciada na chegada ao poder do fascismo e do nazismo.

Anjos brancos, assim serão denominadas as mulheres de todas as nacionalidades que constituem o corpo de enfermeiras e de auxiliares de enfermagem no contexto da guerra e cuja mobilização provoca um franco desenvolvimento nos cuidados de saúde e na formação de enfermeiras, não só pela formação acelerada em cada país, mas também através de uma fértil troca internacional de diferentes níveis de saberes e de práticas. Neste processo sobressaem as americanas, enfermeiras, auxiliares e condutoras de ambulâncias, chegadas à Europa com os exércitos do seu país em junho de 1917. Munidas de outras práticas e saberes nos cuidados de saúde, inovam com campanhas ambulatórias nos diferentes países e na frente, utilizando filmes e exposições de cartazes e banda desenhada pela higiene e a prevenção apoiada pela missão Rockefeller e a Cruz Vermelha, fazendo *escola* e exemplo. As mulheres do American Women's Hospital, sob a direção de Anne Morgan, fundam a Comissão para as Regiões Devastadas e organizam várias obras filantrópicas na Europa, sobretudo em França, movidas não só pela solidariedade internacional, mas também porque as suas médicas haviam sido recusadas pelo serviço militar americano.

A esta frente de sofrimento, morte e risco acorrem não só enfermeiras e auxiliares mas, num amplo movimento de voluntariado, cientistas, escritoras, artistas, filantropas e mulheres que jamais haviam trabalhado. Marie Curie cria com a sua filha Irene uma frota de vinte carros equipados com aparelhos de raios X *les petits curies* de importância vital nos tratamentos hospitalares, assumindo a direção dos serviços de radiologia. Voluntárias de outras nacionalidades surgem neste trabalho: a neozelandesa Ettie Rout divulga o uso do preservativo entre os soldados, distribuindo-os nas estações de comboios. Winifred Holt, especialista na reabilitação da cegueira, cria instituições para os soldados cegos. As escocesas Mairi Chisholm, que tem 18 anos em 1914, e Elsie Knocker, futura baronesa de T Serclaes, motociclistas de uma unidade volante de ambulâncias belga, asseguram, sozinhas, um posto de socorro numa aldeia próxima das trincheiras. A escocesa Elsie Inglis, sufragista médica, fundadora da primeira maternidade no Reino Unido, totalmente gerida por mulheres, a cujo projeto de constituição de hospitais de alto mar com gestão e serviço feminino o War Office respondera «*Go home and be quiet*», exerce medicina na frente, morrendo na Sérvia em novembro de 1917. A aviadora Jeanne Pallier, que com outras mulheres funda, em 1914, a União Patriótica das Aviadoras Francesas, organiza um serviço de evacuação e transporte dos feridos de guerra para os hospitais. A escritora Gertrudes Stein manda vir dos Estados Unidos uma carrinha Ford que aprende a conduzir e constitui, com Alice Toklas, uma importante unidade de ambulâncias. A rainha Elisabeth da Bélgica será um destes *anjos brancos*.

No movimento filantrópico relevante será a generosidade feminina, financiando centros de cuidados, jardins de infância, orfanatos e a atividade agrícola. Destaca-se Anne Morgan, radicada em Paris, a mais célebre das benfeitoras de França que, desde o início da guerra, coloca a sua residência à disposição do governo francês e organiza, com Anne Murray, o Fundo Americano para cuidados aos soldados franceses feridos durante e no pós-guerra, período no qual será condecorada.

Parte significativa das mulheres que entram nos cuidados de assistência pertencem a classes da alta e média burguesia e da aristocracia. O que se justifica sociologicamente. A origem de classe da maior parte da população feminina coloca-a em situação de desemprego ou trabalhando duramente, com diminutas e constantemente atrasadas pensões estatais, enfrentando situações de crescente penúria,

o racionamento do pão e do carvão, a insuficiência do auxílio público e privado, *as sopas dos pobres*, a subnutrição invadindo as vidas, colhendo-as sobretudo a partir de 1917, com exceção de Inglaterra, único país em que a esperança de vida entre a população civil aumenta nos anos de guerra. São as mulheres dos meios populares que enfrentam quotidianamente a fome, a doença e a morte dos velhos e dos filhos: o surto de gripe pneumónica, iniciado na primavera de 1918 e com novo surto em 1919, origina milhões de mortos, sobretudo mulheres e rapazes, nos diferentes países, chegando, em outubro, em Paris, diariamente a 300 mortos. Daí a mobilização de mulheres, a maioria mães, agudizando-se a partir de 1917, contra a carestia e falta de géneros. E também, o inevitável envolvimento e recurso femininos ao roubo de alimentos em incursões pelas quintas aos domingos, ao mercado negro, ao tráfico de cartões de racionamento, à prostituição. Saliente-se, aliás, que sobretudo nas zonas da frente, nos diferentes países, o poder, sobretudo municipal, como prevenção dos riscos das relações com as *ocasionais* e da depressão dos mobilizados, organiza redes de prostitutas encartadas, submetidas a exames médicos, abre bordéis tidos como necessários ao reequilíbrio psicológico das tropas, *repouso do guerreiro*; célebres os *Casini del Soldato*, na Itália. E, dado o aumento da sífilis, sucede um maior investimento sanitário e na venerologia.

Por outro lado, as mulheres burguesas usufruem de maior facilidade de mobilidade, o que facilita quer o envolvimento profissional quer o voluntariado, e o exercício de cuidados implica uma formação e conhecimento que as mulheres da classe operária dificilmente possuem, ainda que muitas venham a ocupar o papel de auxiliares. Acresce que a diferenciação de classe manifesta em vários setores dos corpos de enfermagem valoriza socialmente o exercício da profissão. Em vários países verificam-se críticas ao snobismo das mulheres da alta burguesia participantes em eventos da Cruz Vermelha. Criticadas mais intensamente, as *mundanas*, que se exibem em traje da Cruz Vermelha. Em Portugal, a imprensa publica fotografias de *damas* participantes em iniciativas da Cruz Vermelha e da Cruzada Nacional das Mulheres Portuguesas que evidenciam a classe de origem predominante. Esta realidade decorre, naturalmente, também do facto do combate político feminista chamar e organizar fundamental e maioritariamente mulheres cultas. Fundamentando estas críticas encontra-se, inconscientemente

78 mas frequente, o mal-estar provocado pela visibilidade pública das mulheres, pelo seu protagonismo, pela sua capacidade de adaptação. Estas críticas seriam esvaziadas pela evolução do trabalho de cuidados de saúde tornado exaustivo e doloroso pelo confronto com um crescendo de ferimentos, mutilações, mortes, terrores físicos e psicológicos dos homens.

«Denunciado nas primeiras semanas de conflito, o snobismo do uniforme não resiste muito tempo à dureza do trabalho e ao contacto quotidiano com o sofrimento» (Thébaud, 1995: 50).

Parte da opinião pública, incomoda-se com o contacto de classes presente no exercício da enfermagem, reagindo particularmente ao voluntariado feminino... contacto, aproximação bem diversos da estratificação de classes que se mantém nas frentes de batalha: «A visita aos hospitais pelas madrinhas de guerra e pelas burguesas convertidas em *damas de obras caridosas* é bem típica da ambiguidade das relações entre a frente e a retaguarda» (Audoin-Rouzeau & Becker, 1988: 59).

Entre os *anjos brancos*, a heroína maior é Edith Calvet, enfermeira inglesa fundadora da primeira escola de enfermagem em Bruxelas, seguindo os métodos de Florence Nightingale. Trabalhando num hospital enquadrado na Cruz Vermelha, no tempo da invasão da Bélgica pela Alemanha, acolhendo feridos de todas as nacionalidades, Edith Calvet cria, com outras enfermeiras, uma rede de passagem clandestina de soldados ingleses, belgas e franceses para os Países Baixos. Presa em agosto de 1915, é executada em outubro, provocando uma ampla onda de consternação profunda.

A maior parte das mulheres condecoradas no pós-guerra com medalhas de honra, pelo seu heroísmo, encontram-se nesta frente. Outras destacaram-se na resistência ao inimigo, particularmente nas zonas ocupadas pelo exército alemão. Aquelas que se dedicaram à espionagem foram manifestamente menos reconhecidas; «as espias são demasiado perturbadoras para se tornarem heroínas» (Bard, 2001: 17).

Se a condecoração de enfermeiras se justifica, tal a coragem perante um universo de terror e dor, também sucede que os poderes estão atentos a domínios de protagonismo feminino considerados naturais. Tal como nas demais guerras do século XX, no mundo ocidental, a enfermagem e a assistência social constituem uma área do trabalho feminino apologeticamente enaltecida, a esfera do cuidar e do assistir, uma missão. No contexto da guerra, ainda que se considere o exercício

da enfermagem como o símbolo do heroísmo feminino e a propaganda aliada utilize amplamente o exemplo de Edith Calvet, sobre a qual é cunhado um selo continuamente presente em muita da correspondência dos países aliados, entre as famílias e os homens na frente (correspondência que nos países ocidentais atinge o número de 10 bilhões de cartas e encomendas), o corajoso trabalho das enfermeiras, o seu papel essencial na frente da batalha, que contribuí decididamente para o desenvolvimento da profissão, não será valorizado como um saber, uma experiência adquiridos e exercidos em condições trágicas, mas fundamentalmente, como referimos, como manifestação da natureza feminina.

Contudo, estes trabalhos tranquilizadores quanto à defesa da feminilidade originam inesperadas consequências subversivas, ainda que o seu impacto não seja imediato. A assistência social, mobilizando mulheres voluntárias e incrementando a sua profissionalização, produz uma mobilidade social nova e conduz as mulheres a universos até aí interditos ou condicionados de participação no espaço público, de encontro com o outro. A enfermagem, por exemplo, coloca as mulheres não só face ao sofrimento e à fragilidade humana, fora do âmbito familiar, mas também face ao corpo masculino, ao risco de perturbação pelo toque de homens desconhecidos, em situações dramáticas, anómalas, de isolamento familiar e vulnerabilidade afetiva. As estruturas do poder conhecem estes riscos, mas ficarão progressivamente mais atentas à importância da presença feminina no apoio psicológico ao esforço da guerra. Na Primeira Guerra Mundial emerge a polaridade da imagem da enfermagem que, a par de missão evangélica, é ferida por uma representação erótica de evocação de vorazes apetites sexuais das enfermeiras, fantasma masculino esgrimido a par do estereótipo familiar da enfermagem, uma e outra representação simbolizando a eterna dualidade de mulher, anjo ou fatalidade, Eva ou Maria.

2. Trabalho Feminino em Novos Setores

A partir de 1915, a crescente partida dos homens dos países beligerantes ameaça paralisar a economia já em crise. A generalização de uma economia de mera subsistência, a escassez de géneros e de produtos em todos os setores, o desemprego e a pauperização da população, particularmente feminina e infantil, apesar dos subsídios de apoio

80 governamental às famílias de mobilizados, colocam como urgente o incremento da produção, quer para acudir à penúria do país, quer para alimentar os homens nas trincheiras. Outra imposição que a guerra coloca é o investimento na indústria metalúrgica de armamento. Assim, o prosseguimento de uma guerra que, afinal, veio para ficar exige uma nova mobilização feminina, cujo ritmo e características variam de país para país mas em que, não obstante, o enquadramento ideológico, as orientações e direções dessa mobilização se assemelham. Na generalidade dos países envolvidos no conflito será mais complexo e problemático este outro tipo de mobilização que se imporá como uma necessidade imperiosa: a mobilização feminina para as frentes de produção e dos serviços, ocupando, mesmo, postos de trabalho tidos como inconvenientes à *feminil natureza*.

Em França, o facto da primeira mobilização de homens para a guerra ocorrer no tempo das colheitas provocou o apelo do governo ao empenho feminino no trabalho nos campos, levando muitas mulheres da média e alta burguesia urbana a labutar ao lado de camponesas. Estas chegaram a atrelar-se às charruas à medida que os animais escasseavam. Será um dos países mais resistentes ao alargamento do trabalho feminino, em particular na indústria de armamento, recorrendo inicialmente à mão de obra de trabalhadores das colónias e mesmo de estrangeiros até se render à evidência, no final de 1915. Em 1917, as mulheres constituirão cerca de 40% dos trabalhadores da indústria e do comércio e entram em todos os domínios da indústria de armamento, somando 600 mil em 1918, um quarto do operariado das fábricas de material de guerra. Ao mesmo tempo, ocupam progressivamente postos de trabalho nos bancos, correios, transportes, caminhos de ferro. O mesmo processo ocorre na Grã-Bretanha e na Alemanha, mas com menor resistência e, portanto, mais célere. Na Grã-Bretanha, entre julho de 1914 e novembro de 1918, o trabalho feminino evolui de 3,3 milhões de mulheres para 4,9 milhões, crescendo de 24 para 38% no comércio e na indústria. Só na Inglaterra, no mesmo período, 792 mil mulheres entram na indústria e, no final da guerra, 4 milhões de mulheres, cerca de um quarto da população ativa, encontra-se empregada. No setor do armamento empregam-se mais mulheres do que em França. E crescente é a presença de mulheres revisoras de metropolitano, distribuidoras de correio, ferroviárias e até condutoras de elétricos em diversas cidades, embora não em Londres. Na Alemanha,

no segundo período da guerra, generaliza-se o recrutamento das mulheres para a indústria, nomeadamente para os setores da metalurgia, da eletricidade, da química e da indústria de armamento, onde a presença feminina é a maior dos países em conflito: em 1918, na Krupp, trabalham 30 mil mulheres em 110 mil operários. Idêntico será o pragmatismo do governo dos Estados Unidos com o emprego feminino em trabalhos tradicionalmente masculinos: escritórios, indústria pesada e transportes.

Menos significativa será a situação no sul da Europa. Na Itália não se regista notável crescimento de trabalho feminino, mas sim um deslocamento das mulheres para empregos não tradicionais, chegando a observar-se franca resistência à inserção feminina nos ramos *masculinos*. Recorrendo ao estudo de Simoneta Ortazi Cammarosamo, *Testimonianze Proletaria e Socialista Sulla Guerra*, Thébaud refere o protesto de famílias operárias contra o emprego de mulheres na Fiat, acusadas de ladras do trabalho dos homens. Portugal é, dos países do sul, aquele em o investimento do trabalho feminino mais se processa segundo os parâmetros da cultura patriarcal: caridade, assistência, enfermagem e pouco ou quase nada mais, mesmo perante a paragem de serviços que as mulheres poderiam preencher, facto asperamente criticado pela feminista Ana de Castro Osório, como veremos adiante.

Nos diversos países, o trabalho tradicionalmente feminino sofre decréscimo mas também modificações: as modistas e costureiras fazem agora os uniformes. O trabalho ao domicílio, anteriormente considerado tipicamente feminino, converte-se em indústria de guerra: «As costureiras da Floresta Negra fabricam munições, as espartilheiras para tendas a caixas para bolachas, enquanto as mulheres, algumas das quais trabalhando pela primeira vez, fabricam sacos, máscaras de gás, calçado ou mesmo uniformes completos» (Thébaud, 1995: 41).

A presença de mulheres em setores considerados avessos à feminilidade e o caráter pesado de muito deste trabalho aceleram a mecanização, donde resulta o aumento das cadências de trabalho, horários de 12, 13 e 14 horas e baixos salários, excetuando a indústria de armamento. Daí os movimentos grevistas femininos, em crescendo a partir de 1916, sendo de destacar a primavera de 1917, em França, com a onda de paralisações de costureiras, telefonistas, empregadas da banca e operárias de diversos setores em Paris, Grenoble, Dijon, Rouen e Lyon. As mulheres movimentam-se, fundamentalmente por

82 reivindicações salariais, surgindo a exigência de igualdade salarial não só em relação à mão de obra masculina, que permanece, mas também entre elas próprias. No jornal *A Sementeira*, Ana da Castro Osório (1918: 41) refere uma greve «que deslocou milhares de trabalhadores femininos, reclamando melhoria de pagamento para as operárias de variadíssimas e numerosíssimas indústrias e trabalhos, que empregavam mulheres antes da guerra, porque o seu salário é sempre inferior, ao que as empregaram depois da guerra, pela falta dos homens chamados às armas».

Se em todos os países as mulheres da classe operária são integradas em setores laborais nunca antes experimentados, se a taxa de feminização na produção industrial é significativa, uma transformação ainda mais radical, até porque mais resistente à desmobilização do trabalho feminino no pós-guerra, sucede na situação das mulheres da burguesia, nas classes média e alta. Note-se que muitas mulheres de famílias operárias trabalham já duramente, no período anterior à guerra, mas confinadas ao trabalho domiciliário, sobretudo nas indústrias têxtil, do vestuário e do calçado, desprovidas de todos os direitos, mesmo escassos, das trabalhadoras das fábricas. Embora em alguns países se verificasse já o emprego de mulheres da burguesia no nascente setor de serviços, como correios, comércio e raramente banca, será nos anos da guerra que se torna visível a presença significativa feminina nestes domínios, «aurora nova para as filhas dos homens cultos», escreve Virginia Woolf na obra *Três Guinéus*. A França, por exemplo, conta com 12 mil empregadas dos Correios e no sistema de saúde e com uma feminização galopante não apenas no exercício da enfermagem, mas também na inclusão de médicas em lugares de chefia e dirigindo hospitais militares. No ensino, o processo de feminização na docência é mais intenso no ensino infantil, mas infiltra-se também no ensino secundário masculino, que, em França, registará cerca de mil professoras. Ao mesmo tempo surgem profissionalmente ativas advogadas, médicas, notárias e até engenheiras, presença em crescendo dada a frequência feminina em escolas de engenharia e de comércio e um outro acesso a universidades como a Sorbonne e Oxford.

Evidente uma nova visibilidade e mobilidade de jovens estudantes e de mulheres já formadas mas enfrentando obstáculos ao exercício de ofícios *viris*, tanto mais resistentes à presença feminina quanto mais prestigiantes como é o caso da advocacia. Também neste campo pro-

fissional se destacam as feministas. Duas mulheres chegam a advogar em Conselho de Guerra: Maria Verone, feminista, livre pensadora (aliás é filha de Gustave Verone, um dos fundadores de *La Libre Pensée Française*), militante socialista, ativa na criação e orientação das Universidades Populares, fundadora da União de Advogados Franceses e presidente da Liga Francesa para os Direitos das Mulheres; e Jeanne Chauvin, formada em filosofia e advocacia em 1897, com a tese, que provoca escândalo, *L'étude historique des professions accessibles aux femmes*, estudo crítico sobre a influência da religião, desde o texto bíblico à atualidade, na desigualdade jurídica da mulher e assumindo a reivindicação da educação e acesso das mulheres a todas as profissões e postos de trabalho. Só lhe será permitido exercer advocacia a partir de 1900, ano em que é revogada a lei que interdita a profissão às mulheres.

Processo imposto pelas circunstâncias e que enfrentará inúmeras resistências e estratégias preventivas e cautelares, esta mudança, saudada particularmente na imprensa e literatura de índole feminista, suscita redobradas inquietações. Isto porque a ideologia do poder dominante, convicto de que o exercício por mulheres de profissões até aí exclusivas da mão de obra masculina envolve riscos de ordem geral. «Quanta literatura sobre os perigos de elétricos conduzidos por mulheres» (Thébaud, 1995: 47). E, mais grave ainda, não se duvida que abala a identidade feminina física e psicologicamente. A generalização do fantasma de masculinização das mulheres trabalhadoras pela sua inserção nos ramos masculinos manifesta-se através de discursos políticos e literários de autoria masculina aparentemente contraditórios. Por um lado, o panegírico da feminilidade natural impondo-se nas condições de exceção mesmo nos trabalhos viris de que a indústria de armamento constitui o paradigma, elogiando-se as mulheres que, vestidas com fatos macaco e cabelos encobertos, conservam a *delicadeza*, a *gracia*, fabricando granadas e manejam obuses como *quem faz renda*. Por outro lado, num quadro predominantemente expressivo de temores da perda da feminilidade e frequentemente procurando fundamentação em obras então tidas por científicas, como o trabalho de A. von Moel, condena-se a perda da feminilidade e a crescente indiferenciação sexual. Em março de 1917, na Comissão do Reichstag para o Comércio e a Indústria, alerta: «Quando observamos hoje as mulheres que trabalham nas tarefas mais duras, temos, por vezes, de olhar bem para ver se estamos perante um homem ou uma mulher» (Thébaud, 1995: 44).

Assiste-se também a uma literatura alertando para os nefastos efeitos individuais e sociais da liberdade feminina burguesa conquistada através do trabalho. Exemplar a obra de Arthur Stuart-Menteth Hutchinson, publicada em 1922, que conhecerá sucesso extraordinário, *The Freedom*, novela centrada numa jovem de 17 anos da classe alta que, no período da guerra, repudia a feminil tarefa filantrópica de tecer agasalhos para os soldados. «Não queria estar num hospital ou numa dessas organizações femininas... o que queria era entrar num serviço do governo e cumprir o ofício de secretária. Muitas das antigas companheiras de estudo estavam fazendo-o e era o mais divertido do mundo» (Hutchinson, 1922: 293). E consegue-o tal como outras jovens da sua classe, cuja educação permite a adaptação fácil à máquina de escrever, então expandindo-se no setor de serviços, secretariado, setor adequado à população feminina porque mecânico sem implicar decisões. Como epílogo, a morte da jovem simboliza, exemplarmente, a punição de tal ousadia.

Na generalidade dos países o movimento operário exprime defensismo, mas também perplexidade, perante a crescente presença de mulheres na produção e a reivindicação de direitos. Tradicionalmente, a cultura operária e sindical reproduz o paradigma de uma natureza feminina dotada para a esfera privada — mulheres em casa, homens no trabalho e no espaço público — e manifesta forte relutância ao trabalho feminino, esgrimindo um duplo argumento: concorrência desleal e risco de imoralidade e de prostituição femininas face ao assédio patronal. A propaganda militante sindical está impregnada de imagens exaltando a identidade viril da classe operária. Correntes anarquista, socialista e marxista defendem teses contrárias. Jules Guedes e outros pensadores militantes advogam o trabalho feminino como vertente essencial da emancipação da mulher. À medida que a guerra evolui e a mobilização das mulheres se impõe como imprescindível, esta cultura defronta-se com uma mudança inesperada na ação das mulheres trabalhadoras. Ainda que, em vésperas da guerra, a presença de mulheres na produção seja significativa nos setores femininos (têxtil, confecção, alimentação), não existe uma consciência operária feminina, dificilmente desenvolvida em condições de trabalho maioritariamente confinado ao domicílio, quer porque mais conveniente ao patronato porque mais explorado, quer dadas as fortes resistências do movimento operário ao emprego fabril feminino. Cite-se, como exemplo, o caso de França,

onde a lei de 1884 reconhece o direito das mulheres à sindicalização mas necessariamente com autorização dos maridos, enquanto na Alemanha se verifica forte sindicalização feminina. E em 1914, o Sindicato da Federação do Livro de Lyon exclui uma tipógrafa, Emma Corian, trabalhadora com quota sindical, e o marido por a ter autorizado a trabalhar neste setor. A taxa de sindicalização das mulheres é baixa em quase todos os países europeus (no caso de Portugal praticamente inexistente). Até ao conflito mundial, embora sucedam esporadicamente algumas greves de mulheres, episódios de revoltas fabris, as greves femininas são «breves, espontâneas, defensivas» (Bard, 2001: 25), particularmente de caráter salarial, frágil uma consciência operária feminina, permanecendo a imagem unânime da greve como ato viril. Realidade que a guerra altera significativamente. Interessante o registo de estatísticas francesas: Paris, 1915-16: 7 greves masculinas e 18 de mulheres; 1917: 85 greves de homens e 106 de mulheres; 1918: 39 greves de homens e 27 de mulheres (Bard, 2001: 25).

A nível sindical as posições flutuam segundo as exigências impostas pela guerra. Em França, a Federação dos Sindicatos de Metalurgia é das primeiras organizações a aceitar o princípio de *salário igual para trabalho igual*. Porém, no geral, permanece a influência ideológica dominante. Ainda que as organizações sindicais pressionem os governos para medidas específicas de proteção do trabalho feminino, é sempre sob o signo da sua transitoriedade, do seu caráter imposto por condições excecionais. Na Inglaterra em vários setores, os sindicatos conseguem com o patronato a definição clara das tarefas das mulheres, acautelando abusos e excessos, mas comprometem-se a despedimentos femininos no pós-guerra, assinando acordos praticamente sem consulta às organizações femininas. Em setembro de 1917, o Comité Federal dos Metais vota, por unanimidade, uma moção salientando a oposição absoluta entre o emprego sistemático de mulheres e a defesa da família, a contradição total entre a participação laboral das mulheres em todas as indústrias e a maternidade. Todavia, temendo a criação que se esboça de organizações específicas de trabalhadoras, separadas das organizações formadas pelos homens, taticamente decide desencadear propaganda para a sindicalização feminina.

Em todos os países, no processo de desmobilização das mulheres quase imediato ao pós-guerra e, portanto, no *regresso à normalidade*, o discurso adverso ao trabalho feminino ganha uma maior transparência.

86 Em França, em 1919, a direção da CGT, com o acordo da CFCT e de várias organizações católicas de mulheres, reafirma que «o lugar natural da mulher é no lar e querer admiti-la nos trabalhos do atelier é concorrer para a destruição da família. Somente a CGTU, sob a influência da Internacional Comunista, se distancia deste familialismo muito consensual» (Bard & Thébaud, 1999: 151).

No contexto generalizado, persistente das teorias das duas esferas (mulher-lar; homem-trabalho produtivo), mais uma vez, em todos os países europeus e nos Estados Unidos, a atuação dominante e decisiva relativamente à luta pelos direitos das trabalhadoras parte das organizações femininas. As feministas reformistas, republicanas moderadas, muitas religiosas, insistem no desenvolvimento da proteção e do trabalho social junto do proletariado feminino. Feministas radicais, socialistas, libertárias reivindicam a igualdade salarial, denunciam o assédio sexual do patronato e também de companheiros de trabalho, exigem medidas de apoio à mãe trabalhadora, centros de amamentação, cantinas, creches nas fábricas, acusam a ambivalência do movimento sindical perante o trabalho feminino, reclamam outra representatividade das mulheres nas estruturas sindicais e, perante as direções sindicais totalmente masculinas, exigem a constituição de comissões especificamente femininas.

Nos Estados Unidos, a mobilização de milhões de homens, em 1917, desencadeia migrações internas em todo o país: de Sul para Norte e das pequenas para as grandes cidades. Inerente a estes movimentos verifica-se deslocação laboral das mulheres brancas para o lugar dos homens brancos e das mulheres negras para os lugares dos homens negros e das mulheres brancas. A nível laboral, desde 1916, o Women's Committee, dirigido por Anna Howard Shaw, e posteriormente com o apoio do National War Labour e várias organizações feministas e outras, consegue a criação de agências federais dirigidas para a defesa do emprego feminino na indústria. Sob a direção da reformista Mary van Kleeck e de Mary Anderson, exige-se a igualdade salarial e de condições de trabalho e proteção. No final da guerra, um quarto da mão de obra feminina encontra-se sindicalizada por ação do National Women Workers.

Em França, por pressão das feministas, consegue-se a inserção de mulheres superintendentes em locais de trabalho e em algumas fábricas alcança-se a abertura de salas de amamentação e creches,

destacando-se pela qualidade a creche da Citroën, setor feminizado só no período da guerra.

Na Alemanha, a proteção laboral das mulheres deriva significativamente da ação das *Fabrikflegerinnen*, organização equivalente ao *Lady Welfare Supervision* britânico e igualmente desenvolvido pela militância de mulheres da classe média e de organizações femininas, a maioria feministas. Em Inglaterra, país onde a guerra não faz esmorecer uma luta social de esquerda, assiste-se a um pensamento social e sindical bem mais avançado relativamente ao trabalho feminino, sobressaindo a obra *The Workers Committee: An Outline of its Principles and Structure*, da autoria de John Thomas Murphy, socialista destacado no movimento de trabalhadores, denunciando o domínio masculino e a subordinação das mulheres reduzidas a mão de obra barata como uma divisão histórica fortalecida pelo capitalismo. A militância sindical neste país mobiliza mulheres, feministas reformistas e radicais na defesa dos direitos das trabalhadoras, da igualdade salarial e da criação de estruturas de apoio, nomeadamente materno-infantil, nos locais de trabalho e sobretudo no espaço comunitário. Notável a ação constante de Sylvia Pankhurst, feminista socialista revolucionária. Saliente-se que em Inglaterra verificara-se, desde o início do conflito, uma divisão no seio do movimento feminista entre uma ala revolucionária contra a *guerra capitalista*, representada por Sylvia Pankhurst, e outra ala, dirigida por sua mãe, Emmeline Pankhurst, que ingressará no Partido Conservador, apoiante incondicional do governo e do envolvimento na guerra (altera o nome do órgão feminista *The Suffragette* para *Britannia*) como prioridade a que se sacrificam as reivindicações feministas. É da sua organização *Women's Social and Political Union* que parte o gesto das primeiras mulheres a darem publicamente penas brancas, como sinal de cobardia, a homens sem uniforme.

3. Mulheres nos Serviços Militares

Em vários países, mulheres propõem-se participar mais diretamente no esforço de guerra através do serviço militar, pretensão que enfrentará diversas resistências.

Em França, o jornal feminista *La Fronde*, de Marguerite Durand, requer, em vão, a criação de um serviço militar auxiliar para as mulheres.

As alemãs, organizadas em Nationaler Frauendienst, são mobilizadas como tropas auxiliares para a assistência e o abastecimento.

As inglesas são aceites *a conta e gotas* para apoio nas quintas ou na polícia urbana. Como referimos, à proposta da escocesa Elsie Inglis de constituição de um serviço hospitalar em navios, o governo responde «go home and be quiet». Na primavera de 1917, forma-se a Women's Army Auxiliary Corps, associando voluntárias, com uso de uniformes, graduadas e regulamentos militares, que em 1918 agrupa 40.000 mulheres. Constituindo grupos autónomos, trabalham nas cozinhas, nos escritórios e ateliers de mecânica. Participam nos serviços auxiliares do Exército, criam serviço feminino na Marinha e na Força Aérea e chegam a ser enviadas para a frente de combate. Apesar da importância do seu trabalho, são olhadas com desdém pelos militares, acusadas de levar ao deboche os soldados e suspeitas de homossexualidade.

Ana de Castro Osório, feminista portuguesa destacada no apoio feminista à guerra, salienta, diga-se com excessivo otimismo: «Nos Estados Unidos, verifica-se uma outra abertura a este tipo de intervenção das mulheres, abertura salientada pela imprensa feminista portuguesa vinculada à frente contra a guerra. Na América (...), desde a primeira hora da perturbação guerreira, elas foram encarregadas de todo o serviço de administração da marinha de guerra para os homens poderem cumprir o seu dever nos navios, Com o uniforme especial, percorrem as ruas chamando os homens ao alistamento voluntário, formando-se logo um regimento especial para a mobilização agrícola » (Osório, 1918: 29). Ignorava, certamente, que o governo americano recusara as medidas propostas pela American Women's Hospital e também pela Liga das Alistadas, de J. de Bussy.

Em Portugal, há imprensa noticiando que algumas mulheres teriam lançado «a iniciativa da instituição duma *Escola Feminina de Tiro*», projeto de cuja realização não encontramos vislumbre.

4. Mobilização de Mulheres em Portugal

Em Portugal, na sequência da declaração de guerra entre Portugal e a Alemanha, verifica-se uma mobilização feminina no apoio assistencial à guerra, através de associações específicas e de associações gerais. Trata-se de uma mobilização fundamentalmente de classe de mulheres burguesas, na qual as feministas, em particular da Associação de

Propaganda Feminista, participam ativamente. Tal como nos demais países, as reivindicações feministas são colocadas *em pousio*. A hora é de defesa da nação no contexto do bloco dos Aliados. À semelhança do que se verifica internacionalmente, a solidariedade internacional feminista limita-se aos países da aliança que integra Portugal, definindo-se as feministas dos outros países como *mulheres do inimigo, inimigas são*. Não há espaço para expressão do pacifismo. Ana de Castro Osório, uma das mais representativas feministas portuguesas, escreve: «Mulheres de França e da Bélgica, da Sérvia e do Montenegro, a vossa dor sangrenta é a nossa própria dor. A vossa justa revolta é a nossa revolta, desde a primeira hora (...) A prova da nossa solidariedade vós a tereis na maneira como os nossos soldados se baterão pela vossa causa. E se alguma mulher do nosso país tivesse a triste coragem de não estar ao lado da sua pátria, essa mulher não seria portuguesa!» (*A Semeadora*, 2º Ano, nº 20, 15 fevereiro de 1917, pp. 1-2).

Na intervenção feminista destacam-se a Comissão Feminina Pela Pátria e a Cruzada das Mulheres Portuguesas. A Comissão Feminina Pela Pátria, associação voluntária fundada em 1914 com o objetivo de recolha de donativos e de fabrico de agasalhos e de alimentos para os soldados mobilizados e de apoio às famílias, é abertamente apoiada pela Liga Republicana das Mulheres Portuguesas e pela Associação de Propaganda Feminista, de que Ana de Castro Osório é presidente. Aliás, a Comissão Feminina Pela Pátria funcionará no prédio da família de Ana de Castro Osório, na Rua Arco do Limoeiro, nº 17, 1º andar, em Lisboa.

Mais importante será a Cruzada das Mulheres Portuguesas (CMP), fundada a 20 de março de 1916, imediatamente após a entrada de Portugal na guerra, por 80 mulheres de diferentes filiações ideológicas. Verifica-se relativamente à Comissão Feminina Pela Pátria uma menor representação de feministas, ainda que Ana de Castro Osório integre o grupo fundador e seja designada presidente da Cruzada, presidida por Elzira Dantas Machado, mulher do presidente da República Bernardino Machado, facto relevante para o apoio do Governo, que declarará a Cruzada associação de interesse nacional.

Prosseguindo a atividade da Comissão Feminina Pela Pátria de recolha de distribuição de roupa e bens para as famílias mais carentes e para soldados e promovendo assistência às vítimas da guerra e de ocupação colonial, assistência infantil e assistência às mulheres, a Cruzada das Mulheres Portuguesas alarga consideravelmente o âmbito de

90 intervenção, alargamento consignado nos estatutos. Constituirá, em conformidade, comissões femininas eleitas pela Comissão Central: Comissão Administrativa, Comissão de Propaganda, Comissão de Hospitalização, Comissão de Auxílio às Mulheres dos Mobilizados, Comissão de Assistência aos Militares Mobilizados, Comissão de Enfermagem para habilitação de enfermeiras para os «hospitais de sangue na França» e para os hospitais militares do país. A CMP abre uma casa de trabalho para desempregadas, funda creches para filhos de mobilizados; organiza subcomissões regionais (por terra, freguesia, conselho), que serão 71 em 1917, e subcomissões estrangeiras. No domínio assistencial, assume a *Obra Maternal*, organização criada pela Liga Republicana das Mulheres Portuguesas, em 1909, para ajudar crianças mendigas de Lisboa. Com o apoio do governo, instalará várias obras: uma Escola de Enfermagem que dirige, o Hospital de Campolide, o Hospital Português de Hendaya para assistência aos mobilizados, o Instituto de Reabilitação dos Mutilados de Guerra, que funcionará no antigo Convento de Arroios, a Casa de Trabalho em Xabregas, a Casa de Assistência Infantil com creche e orfanato, a Escola Profissional nº 1 na Graça, a Escola Agrícola Feminina em Alcobaça, as escolas de rendas de Famlidão, Setúbal e Viana de Castelo e a Despesa Social. Publica boletins mensais e relatórios anuais de atividade. Conduz uma ampla ação de propaganda na imprensa periódica, com destaque para o jornal *A Semeadora*, mas também para *O Século*, *Ilustração Portuguesa* e outros. Realiza conferências, encontros, festas, as noticiadas Festas da Flor no Jardim da Estrela e outros eventos para angariação de fundos. Deve-se ainda à CMP «a carinhosa fundação das *madrinhas de guerra* cujo atraente papel desempenharam as senhoras ilustres da capital portuguesa, e distintas senhoras brasileiras; a qual tinha por fim animar os soldados combatentes na França e em África, com a sua reconfortante correspondência, enviando-lhes leituras amenas, afetuosas dádivas e encarregando-se da mútua transmissão de notícias entre os seus *afilhados de guerra e respetivas famílias*».

A emergência e manutenção deste trabalho só é possível através de significativa mobilização de mulheres, nomeadamente da classe média e alta: médicas, enfermeiras, professoras, educadoras, gestoras, secretárias, escriturárias, datilógrafas, funcionárias dos serviços, comércio e indústria. Particular importância representa o investimento na enfermagem. Em Portugal, o exercício de cuidados de enfermagem

foi, durante os longos anos da monarquia, quase monopólio das ordens religiosas que os hospitais, aliás, incentivam, pois as irmãs de caridade não envolvem custos de maior. Com a implantação da República, legislando a separação da igreja e do Estado e a extinção das ordens religiosas, mais se faz sentir a carência de pessoal de enfermagem. A Liga Republicana das Mulheres Portuguesas projetara já a criação de uma escola de enfermagem. A par das feministas, nas quais sobressai o empenho das médicas Carolina Beatriz Ângelo e Adelaide Cabete, médicos como Miguel Bombarda, Pinto de Magalhães e outros desenvolvem esforços no mesmo sentido. A CMP assume como prioritária e urgente a formação de enfermeiras porque essencial ao esforço da guerra. «A falta de um corpo de enfermeiras de guerra que imediatamente se preste a tomar o seu lugar junto dos nossos soldados feridos, é uma verdadeira vergonha nacional! O corpo de Enfermagem da Guerra que a Cruzada necessita fazer reunir para corresponder à confiança da República e salvar a honra nacional nesta hora tremenda, tem de organizar-se com o auxílio e a boa vontade do país inteiro» (Osório, 1918: 75-76). Com o apoio de Norton de Matos, Ministro da Guerra, atento à necessidade de o exército português incorporar um corpo de enfermagem, será através da luta da CMP e, especificamente, da Comissão de Enfermagem que a escola finalmente se forma, com a médica Sofia Quintino, livre pensadora e feminista, dirigindo os primeiros cursos de enfermagem, donde partirão as primeiras enfermeiras portuguesas para o hospital de Ambleteuse, em França, na frente de combate, para apoio aos soldados portugueses feridos. Dos mesmos cursos saem as *damas enfermeiras* para trabalhar num hospital temporário instalado pela Cruz Vermelha Portuguesa na Junqueira.

Se, como referimos, as reivindicações feministas, nomeadamente pelo sufrágio, se esbatem face à gravidade do momento, que apela às mulheres como *uma segunda frente fundamental, na ação e discurso de defesa da Pátria e dos Aliados*, as feministas portuguesas da CMP não deixam de analisar crítica e duramente a ausência de uma outra mobilização feminina no esforço da guerra. Em termos de educação, salienta a formação de «um corpo de professoras primárias como verdadeiro exército de salvação para a Pátria Portuguesa» (Osório, 1918: 75-76). E, insistindo na urgência de formação profissional e participação das mulheres na produção do país, escreve: «No nosso país bem pouco se tem concedido à mulher, apesar mesmo da guerra que nos

92 tem levado uns poucos de mil homens, que tudo nos faz supor não lazaronavam ao sol, inúteis e improdutivos para a economia nacional. É para nós uma dolorosa surpresa, quando nos dizem que não há braços para os trabalhos agrícolas e por isso a terra fica improdutiva, (). Não há funcionários para os caminhos de ferro e fecham-se as bilheteiras por não haver mãos masculinas que cortem e vendam bilhetes! Os carteiros atrasam os serviços porque não é bastante o seu pessoal masculino! As crianças têm escolas fechadas porque muitos professores foram mobilizados. As indústrias e o comércio perturbam-se, porque os homens são chamados ao cumprimento do dever militar. Por acaso não há mulheres em Portugal que reclamem o direito de servir a Pátria, substituindo os homens no trabalho e preparando para a sua volta uma riqueza e uma alegria mais farta e mais fecunda? Por acaso os homens de Portugal desprezam tão fundamente as qualidades de inteligência e as qualidades de trabalho das suas mulheres que lhes não confiam tão somenos tarefa na luta pelo triunfo da nossa raça e da nossa Pátria» (Osório, 1918: 4).

Neste objetivo, é incessante a ação de Ana da Castro Osório, particularmente no jornal *A Sementeira*: «Criar pela propaganda a convicção de que o trabalho inteligente das mulheres é indispensável á Pátria e dar-lhe pelas escolas profissionais e agrícolas a maneira de o exercer, eis o duplo fim que se tem em vista. Portugal, país agrícola sem agricultura, necessita de dar à terra, quando rouba os braços dos homens para pegarem em armas contra o inimigo da Pátria, o esforço inteligente das mulheres que nela trabalham em todo o país, nem sempre nas mais leves tarefas» (Osório; 1918: 25). Não apenas na imprensa, mas também no plano editorial mais vasto, Ana de Castro Osório multiplica-se na frente de esclarecimento e de consciencialização social sobre a guerra. Nas obras publicadas, incluiu-se *De como Portugal foi chamado à guerra, histórias para crianças recomendado para leituras cívicas pelo Ministério da Instrução*, dedicada «Aos soldados portugueses que ergueram tão alto a bandeira gloriosa da Pátria para que saibam o que aos seus filhos ensinámos na hora em que mais uma vez a nossa raça cumpriu o seu nobre destino». Em 1919, surge a segunda edição da obra *Para as Crianças*, com morada «Escritório, Rua do Limoeiro, 17, em Lisboa»... é «o 5º milhar». Na área das Questões Sociais, a autora escreve ainda *Em Tempo de Guerra, Libertas, A Grande Aliança*, e *Na Hora do Perigo*.

No pós-guerra, a Cruzada das Mulheres Portuguesas (CMP) reformula o Instituto de Reeducação dos Mutilados da Guerra, fundado em 1918 por Ester Norton de Matos, presidente da Comissão de Assistência aos militares mobilizados da CMP, e por Rita Norton de Matos, secretária da mesma Comissão. Até 1920, o Instituto acolhe 405 mutilados. Em 1921, uma 3ª Secção de Reeducação Profissional cobre três vertentes: (1) orientação profissional, onde se estudam «as condições de trabalho, aptidões, tendências etc.» do mutilado; (2) «reeducação funcional obtida pelos tratamentos de fisioterapia, massagens, banhos de luz, sol, electromecano terapia, água, etc.» e (3) reeducação profissional, ministrada através de aulas e oficinas, desde a instrução primária (o analfabetismo entre os mutilados atinge 83%) à formação nas áreas de «comércio, agricultura, sapataria, cesteiros, serralheiros, funileiros, pedreiros, pintores, carpinteiros, alfaiates». Orienta também para a Reeducação Familiar dos mutilados, sobre a qual o relatório de 1921 constitui uma interessante fonte, e edita vários opúsculos: *A Reeducação Profissional dos Mutilados de Guerra* (1917), *Como é Feita a Reeducação dos Mutilados de Guerra no Instituto Militar de Arroios* (em 1919), *A Obra de Reeducação dos Mutilados de Guerra sua integração na vida social* (1920), anunciando «a sahir: *A Aparelhagem dos Mutilados de Guerra: a prótese, braços e pernas*»². Em 1921, a CMP elege como presidente honorária a rainha Elisabeth da Bélgica, que se distinguira como *anjo branco*, ato publicitado internacionalmente. Por tão vasta atividade, o governo *agraciará* a CMP com a Grã-Cruz da Torre e Espada e, em 1919, condecora Ana da Castro Osório, efetivamente a grande impulsionadora da Cruzada, com a Ordem de S. Tiago.

A ação das mulheres surge ainda na criação da Comissão Protetora dos Prisioneiros de Guerra Portugueses, cujo trabalho é tanto mais importante quanto prisioneiros de outras nacionalidades pasmavam e condoíam-se com as gritantes falhas de envio de apoio oficial aos portugueses nos campos, onde mais teriam morrido não fora a caridade estrangeira. Em 23 de setembro de 1918, a *Ilustração Portuguesa* salienta «[o] esforço incansável da comissão recolhendo donativos junto do comércio e da população e angariando fundos através de subscrições realizadas pelo jornal O Século».

2. Ainda não encontramos este opúsculo, pelo que não sabemos se foi efetivamente publicado.

- 94 No pós-guerra, ainda como nos demais países, as feministas portuguesas tentaram rentabilizar, no combate pelo sufrágio e por direitos sociais, o esforço investido na mobilização das mulheres. Também a sua experiência demonstra a transitoriedade do reconhecimento pelo poder da participação social feminista ocorrida nos anos de guerra.

5. Mulheres nos Territórios Ocupados

Quase silenciado é o drama das mulheres habitantes dos territórios ocupados pela Alemanha e seus aliados: Bélgica, nordeste de França, Sérvia, Montenegro, Polónia e Lituânia. No nordeste de França e na Bélgica, a situação não é ainda mais trágica dado o socorro prestado pelo abastecimento aéreo norte-americano. Algumas deixam o nome ligado à resistência à ocupação alemã, a maior parte sujeita a todas as vertentes brutais da ocupação alemã, desaparecidas para sempre na voragem dos chamados *repatriamentos alemães*, ou seja, das deportações em massa de mulheres e sobretudo de crianças e velhos para longínquos lugares, deportações motivadas pela recusa dos alemães em alimentarem as populações ocupadas e também pelo aproveitamento da sua mão de obra. Em França, cerca de 500 mil pessoas, maioritariamente mulheres e crianças, são repatriadas em 1916, ano negro das deportações, requisitadas para o trabalho dos ocupantes, deportadas, maltratadas, obrigadas a prostituir-se... e sistematicamente violadas por militares das tropas ocupantes.

A prática da violação das mulheres e crianças dos povos vencidos surge historicamente como inerente à guerra e à derrota dos vencidos. *Tradição milenária* (Bard, 2001: 28), manifestação quase naturalizada do poder ocupante e da sua barbárie. No contexto da Primeira Guerra Mundial, a violação surge como um atentado não meramente pessoal, individual, mas como atentado ao povo, à soberania do país ocupado. A violação dos corpos assume-se como vertente da violação do território, originando debates nacionais, particularmente em França. Em causa encontra-se menos o sofrimento pessoal de cada vítima mas sim, fundamentalmente, as consequências do ato considerado contra a Nação, contra a pureza da raça: a gravidez e o parto de *filho do inimigo*. As feministas intervêm reivindicando a despenalização do aborto nas gravidezes dos *indesejáveis* e defendendo uma certa benevolência relativamente aos infanticídios destes nascituros. «Este debate público

revela a importância crescente de uma definição biológica, racial, da nacionalidade que conduz certos nacionalistas a desculpar o aborto, o infanticídio e o abandono destes nascituros de *sangue impuro*. Mais, o debate sobre as violações pode ser considerado como um dos índices da *nacionalização* das mulheres em curso. Uma mulher em França é, de qualquer modo, uma parte do território nacional. () das mulheres como dos territórios, diz-se que foram violados» (Bard, 2001: 28).

Os juízes manifestar-se-ão, inicialmente, indulgentes perante os abortos e até mesmo os casos de infanticídio e de abandono, mas a baixa de natalidade originará campanhas para o acolhimento destas crianças nascidas e educadas em França «como francesas», apagando-se a mancha do nascimento pela educação nacional.

As organizações feministas denunciaram este crime de guerra dos alemães, no processo da ocupação, lançando o alerta na Conferência da Paz para a qual mobilizam países aliados, e em 1918, no imediato pós-guerra, impulsionaram, através de uma petição com 15 mil assinaturas, a criação de uma Comissão de Pesquisa para encontrar as mulheres deportadas ainda detidas. Poucas regressariam.

6. Guerra à Guerra

No século XIX, perante a evidência do militarismo e do armamento por parte de governos e a já traumática experiência da Guerra da Crimeia (1853-1856), o ambiente social e político é favorável à afirmação do pacifismo como causa aglutinadora de diferentes correntes do movimento social e operário, correntes cristãs, e sobretudo socialistas utópicas, marxistas, anarquistas. Os anarquistas são dos mais veementes a sublinhar a importância da mobilização feminina contra a guerra, destacando-se a corrente neo-malthusiana apelando às mulheres à *guerra à natalidade*, recusando a procriação de crianças condenadas no sistema capitalista a *carne para açougue do burguês, carne para canhão*. Desde sempre empenhados na divulgação da contraceção para assegurar «a segurança no amor, a felicidade conjugal» e de métodos abortivos [«menstruações irregulares curam-se com...»], os anarquistas acrescentam uma componente ferozmente antibelicista a esta frente. Como manifesto deste combate editam-se várias obras. Da produção estrangeira, destaca-se, a divulgação de *Huelga de Vientres* de Luis Bulffi, *Procréation Consciente* de André Lorulot, *Contre la*

96 *Nature* de Paul Robin, *La Limitation Volontaire des Naissances* de Émilie Lamotte e *Neo-Malthusianismo Y Socialismo* de Alfred Naquet e G. Hardy. Em Portugal, fará escândalo o folheto *Mulheres não Procrieis!* de José Joaquim Teixeira Júnior, farmacêutico de profissão, colaborador dos jornais *A Greve* e *O Protesto*, que projeta outros títulos significativos mas que não chega a publicar: *Contra a Reação, Aos Operários e Prostitutas, Revoltai-vos!, Soldados, Desertai!*. Num tom mais erudito, publica-se *Neo-Multhusianismo*, tese de licenciatura do médico Ângelo Vaz, defendida na Escola Médico-Cirúrgica do Porto em 1902, e a obra *Science Sexuelle* (Jean Marestan). Os neo-malthusianos procedem à divulgação doutrinária não apenas textualmente mas também materialmente, através do fornecimento de receitas, preceitos e produtos anticoncepcionais, atividade favorecida pela ligação sócio-profissional de muitos militantes ao setor farmacêutico e médico. A imprensa constitui o grande meio de informação, noticiando a rede de *farmácias amigas*. Em Lisboa, as mais anunciadas são a Farmácia Nobre, a Farmácia Martins, a Farmácia Silva e Carmo, esta na Calçada de Santo André, que, a partir de 1913, contam com agentes espalhados pelos país.

Também o movimento feminista se entrelaça desde a origem com a aspiração da paz como condição essencial para um mundo de igualdade. Feministas aderem às crescentes associações pacifistas, mas o seu investimento maior traduz-se, naturalmente, na criação e adesão a organizações de mulheres pacifistas. Verificar-se-á, inclusive, uma certa rutura entre um pacifismo masculino mais radical, que acusa as mulheres de serem piores do que animais, pois enquanto as lobas protegem as crias, as mulheres deixam, passivamente, os filhos irem para a guerra.

Várias associações pacifistas femininas e feministas surgem nos Estados Unidos e na Europa, continente no qual a primeira associação feminina pela paz, a Associação Internacional de Mulheres, se cria em 1868 em Genebra, trabalhando em ligação com a Liga Internacional da Paz e da Liberdade, criada em 1867. Em França, diversas associações unem-se na União Internacional das Mulheres, criada em 1895 por iniciativa de Eugénie Potonié-Pierre, feminista e sindicalista. Em 1894 realiza-se o Congresso Internacional da Paz e, em Paris, em 1896, constitui-se a Liga das Mulheres para o Desarmamento Internacional, *obra humanitária e universal sem distinção de religiões, de opiniões políticas, nem de nacionalidades*, ativa na propaganda de recusa do

serviço militar e na promoção de uma política para o desarmamento e que procura mobilizar as mulheres das classes populares. A Liga organiza comités em vários países. Representando-a, forma-se em Portugal um Grupo Auxiliar, funcionando na Rua de Santo Antão, nº 193, de que será a primeira representante como vice-presidente a notável pedagoga feminista e pacifista Alice Pestana, cofundadora, em 1860, da Sociedade Altruísta Verdade, Justiça e Paz, embrião da Liga Portuguesa da Paz, constituída em 1899 também por iniciativa de Alice Pestana. A direção do Grupo Auxiliar da Liga integrará depois Magdalena Frondoni Lacombe, vice-presidente, Virgínia Quaresma, a primeira jornalista repórter portuguesa, como secretária, Albertina Paraíso, como *thesoreira*, e Cláudia de Campos, Emília Patacho, Domitila de Carvalho, Carolina Beatriz Ângelo, Adelaide Cabete, Aureliana Teixeira Bastos e Elisa Curado como vogais. Significativo do pensamento pacifista feminista português, publica-se em 1898 a obra *Les Femmes et La Paix: Appel Aux Mères Portugaises* de Alice Pestana, sob o pseudónimo Cael, dedicado pela autora ao IX Congresso Internacional da Paz com «*Un vote de ma chèreuse adhésion*», que se realizaria em Lisboa, em setembro desse ano. Segundo a autora, «*Nos nossos dias a única guerra a que podemos chamar uma santa guerra é a guerra à guerra*».

Nesta mesma data existiam nos Estados Unidos 18 associações da paz, 10 em Inglaterra, 11 em França, 4 na Suíça, 5 na Alemanha, 15 na Itália e 8 na Áustria. Movimento crescente o feminismo pacifista, conhecido como *Cruzada da Paz*, mobiliza grandes manifestações e encontros nacionais e internacionais de mulheres no final do século XIX e no início do século XX.

Em maio de 1914, ainda a guerra era algo impensável, três mil feministas europeias e norte-americanas, unidas no Congresso Internacional de Mulheres em Roma, haviam aplaudido fervorosamente as palavras de Maria Vérone, presidente da Liga das Mulheres Francesas: «as lágrimas de todas as mulheres são iguais quando os filhos morrem na guerra». No dia de declaração da guerra realiza-se em Londres um comício convocado pela organização Mulheres pela Paz, no qual sufragistas manifestam mais uma vez a convicção de que o sufragismo feminino aboliria a guerra, *slogan* lançado em várias manifestações. Em 29 de agosto de 1914, 1500 mulheres percorrem ruas de Nova Iorque exigindo a paz. A eclosão da guerra vem anular esta afirmação de unidade manifesta nas palavras de Maria Verone, criando mal-estar

98 e divórcio entre a maioria das feministas, para a qual a gravidade da hora exige a suspensão e o silêncio das suas reivindicações específicas, e uma minoria nitidamente pacifista, na qual se distinguem socialistas e anarquistas.

A 18 de setembro de 1914, a presidente da Associação Internacional pelo Sufrágio das Mulheres (AISF) ainda consegue uma entrevista com o Presidente norte-americano Wilson, pedindo a cessação das hostilidades. No mesmo ano, sufragistas de 13 países, entre os quais a Alemanha, a Grã-Bretanha e a França, protagonizam um último esforço comum pela condenação da guerra. Porém, a divisa originária «a solidariedade feminina constitui uma muralha contra a guerra» dilui-se, sendo mesmo repudiada. Jane Misme expressara a posição majoritária ao escrever, em novembro de 1914, no jornal *La Française*: «Enquanto a guerra durar, as mulheres do inimigo serão também o inimigo». Ana da Castro Osório dirá: «As mulheres do inimigo, inimigo são».

De 26 a 28 de março de 1915, contrariando a posição da Internacional, as mulheres socialistas promovem em Berna uma conferência pacifista, na qual 70 mulheres de oito países europeus apelam ao cessar dos combates. Clara Zetkin, a mais ativa promotora do encontro, critica o feminismo como emanção da burguesia e insiste na mobilização das operárias, *salvadoras da humanidade* pela paz, acentuando que as mulheres não têm nenhuma responsabilidade no conflito e se, porque desprovidas de direitos políticos, não têm poder de decisão, por isso mesmo devem lutar pela paz. Por esta participação Clara Zetkin será presa na Alemanha entre julho e outubro de 1915.

De 28 de abril a 1 de maio de 1915, sob o impulso da americana Jane Addams, dirigente do Woman's Peace Party, e da neerlandesa Alleeta Jacobs, o Congresso Internacional de Mulheres pela Paz, reunido em Haia, contará com a participação de mais de 1136 delegadas de doze países³. Note-se a presença largamente majoritária de associações femininas de países não-beligerantes mas também de americanas (os Estados Unidos só entram na guerra em 1917). Todavia, embora se registem saudações individuais de feministas, as feministas de países envolvidos no conflito recusam e em alguns casos censuram agrestemente a iniciativa. Em debate o respeito pelas nacionalidades,

3. 800 holandesas, 26 alemãs do Grupo Anita Augspurg, 47 americanas, 16 suecas, 12 norueguesas, 2 canadianas, 1 italiana, 3 belgas, 3 inglesas.

a necessidade da educação pacifista das crianças, o sufrágio feminino. Do Congresso resulta a criação de uma Comissão Internacional de Mulheres pela Paz Permanente que consagra como linhas fundamentais de luta o direito de voto para as mulheres, a criação de mecanismos de arbitragem internacional dos conflitos entre os países e o respeito pela neutralidade. Em 1919, a Comissão transforma-se na Liga Internacional de Mulheres pela Paz e a Liberdade, que envia delegadas a diversos países com a árdua tarefa de sensibilizarem mulheres para a criação de secções nacionais. Representativo da reação ao movimento é o caso de França: Gabrielle Duchêne, feminista, que cria uma secção da Liga com sede na sua própria casa, é expulsa da Secção de Trabalho que chefia no quadro do Conselho Nacional das Mulheres Francesas e acusada na imprensa de ser uma feminista «ao serviço de Guilherme».

O pacifismo feminino agita-se também na Itália, destacando-se a Associação das Jovens Italianas pela Paz, na Holanda com a militância de Aletta Jacobs, na Hungria com a luta de Rosita Schwitter e, esporadicamente, noutros países, porque mais débil face a censuras que provoca.

No combate das mulheres pacifistas distingue-se, em França, o processo e julgamento em conselho de guerra, em 1917, de Hélène Brion, militante em várias associações feministas, dirigente da Federação dos Sindicatos dos Professores, classe onde se destacam várias pacifistas. Detida sob a acusação de aliança com os comunistas russos, de espionagem e de *desvio* por causa de usar cabelos curtos e calças e ainda de difusão de propaganda pacifista e de publicação de uma brochura que define a exigência da paz como «um dever urgente para as mulheres», Hélène Brion será apoiada por feministas destacadas. Na sua defesa afirma: «Sou inimiga da guerra porque sou feminista: a guerra é o triunfo da força brutal; o feminismo não pode triunfar se não pela força moral e o valor intelectual. Há uma antinomia absoluta entre ambos» e recusa ser inculpada por delito político porque, como mulher é «desprovida de direitos políticos». Condenada a seis meses de prisão, tem pena suspensa. Lucille Colliard, professora, sindicalista e feminista, julgada em conselho de guerra em Grenoble, será condenada a dois anos de prisão.

Nos Estados Unidos, além de Jane Addams, dirigente do Woman's Peace Party, criado em Washington em 1915, antes da entrada do país na guerra, e de Emily Balch, laureadas com o Prémio Nobel da Paz,

100 em 1931 e 1946 respetivamente, sobressaem Emma Goldman, militante anarquista que, em 1917, exorta os soldados americanos a desertar, e Jeannete Rankin, a primeira deputada americana, eleita em 1916, que votará contra a entrada na guerra quer nesta data, quer depois em 1942.

Na Inglaterra, o maior número de mulheres pacifistas encontra-se num grupo de feministas sob a direção de Sylvia Pankhurst, Kathleen Courtney e Lady Pethick-Lawrence. Sylvia Pankhurst propõe uma arbitragem entre as nações assegurada por um organismo internacional, antecipando o projeto de constituição da Sociedade das Nações, no qual as mulheres estariam representadas.

As feministas pacifistas enfrentam não apenas a rejeição da esmagadora maioria das organizações feministas, mas também a incompreensão do movimento pacifista geral, que critica a crescente posição do pacifismo feminista em relacionar domínio masculino e militarismo. No entanto, intelectuais pacifistas, entre os quais Romain Rolland e Bertrand Russell, apoiam as iniciativas pacifistas de mulheres. Logo na primavera de 1915, Rolland, então ostracizado pela sua posição antimilitarista, expressa no polémico texto *Au Dessus de la Mêlée*, o apelo às mulheres da Europa para que sejam «a encarnação da paz no meio da guerra, a Antígona eterna que repudia o ódio e que, quando eles sofrem, não faz distinções entre os seus irmãos inimigos».

A partir de 1917, perante a continuidade da guerra e da mortandade, o feminismo pacifista radicaliza-se. Em França, destaca-se o jornal *La Voix des Femmes*, de Louise Bodin. Marcelle Capy, jornalista empregada na indústria de armamento, publica *Une Voix de Femme Dans la Mêlée* (1916) e funda o jornal pacifista e feminista *La Vague*. Outras vozes ardentemente antibelicistas serão Séverine (Caroline Rémy de Guebhard), Madeleine Pelletier, Hélène Brion e Magdeleine Marx.

7. Viúvas de Guerra

Uma nova vivência dolorosa, trágica, atinge 3 milhões de mulheres: a situação de viúvas de guerra, particularmente nas regiões rurais, pois é no campesinato, recrutado sobretudo para a infantaria, que se verifica maior volume de mortes. Segue-se a mortalidade de oficiais jovens da burguesia, cultos, da juventude estudantil e de profissões liberais. A França é o país mais flagelado com a mortalidade: 1,3 milhões de homens, 17 % dos mobilizados e 13% da população masculina entre

os 15 e os 49 anos e 3% do total da população francesa. Igualmente flageladora foi a mortalidade em combate de homens de outros países. Alguns dados: a Alemanha, que mobilizara 12,7 milhões de homens, perde 2,03 milhões, portanto 16%, ou seja 12,5% de homens entre os 15 e os 49 anos. A Áustria regista 1,1 milhões de mortos dos 8,8 milhões de mobilizados, ou seja, 12,5% de homens entre os 15 e os 49 anos. Na Roménia tomba 25% do total de 100 mil mobilizados. Na Grã-Bretanha, dos 6 milhões de mobilizados, morreram 750 mil (12,5%). Na Itália, dos 5,3 milhões mobilizados, perecem 11%, 580 mil, 7,4% da população masculina entre os 15 e os 49 anos. Dos 3 milhões de mobilizados do Império Otomano perdem-se 600 mil, isto é, 20%, que representam 11% da população masculina entre os 15 e os 49 anos. Menor a perda dos Estados Unidos, já que, dos 2,7 milhões de mobilizados, desaparecem 3%, ou seja, 100 mil. Portugal com 90 mil mobilizados, perde 7000, 8% dos mobilizados (Robert, 1995). No total, além do sacrifício da população civil, 10 milhões de mortos, o que se salda pelo «desaparecimento dos melhores da classe média e superior», segundo a conclusão do filho mais novo de Darwin, presidente da Eugenics Society.

Não admira, pois, o elevado número de viúvas, com o recorde de 600 mil em França e na Alemanha, 200 mil na Grã-Bretanha. Viúvas são ainda as jovens cujo namorado morreu na guerra: *as viúvas brancas*. A maior parte delas muito jovens, pois muitos casamentos ocorrem antes da mobilização dos jovens, muitas com uma ou mais crianças (o número de órfãos da guerra atinge 6 milhões), a viuvez cola-se-lhes como um destino, uma identidade. Poucas, e quase exclusivamente as mais jovens, tornarão a casar, com a censura social neutralizada pelo dever nacionalista de parir filhos para a nação.

A par do dever de fidelidade aos mortos que delas se espera, a quase interdição de refazerem a vida que equivaleria a uma traição aos que morreram pela pátria e, portanto, ofensa à própria pátria, subsistindo com magras e tardias pensões estatais concedidas como abono de dívida aos mortos, vestidas de negro como que amortalhadas para toda a vida, as viúvas da guerra são o novo grupo social que a tragédia gera. Símbolo de um luto que ultrapassa o plano individual, ser viúva de guerra equivale a um título, a uma condição nacional, uma pertença aos que morreram pela pátria, a exigência de um modo de estar digno da memória dos heróis.

- 102 Em todos os países beligerantes surgem associações de ajuda a viúvas e órfãos de guerra e as associações feministas mobilizam-se pelos seus direitos. Quase sempre sem grandes resultados. Na Alemanha é derrotada a proposta de feministas para atribuição de um salário às viúvas. Em todos os países as viúvas de guerra permanecem «vítimas demasiado ignoradas», nas palavras de Karin Hausen, na obra *The German Nation's Obligations to the Heroes' Widows of World War* (Thébaud, 1995:64)

8. Experiência da Guerra na Escrita Feminina

A experiência da guerra vivida por mulheres das letras e das artes e por outras que se tornarão escritoras exatamente pela urgência de narrar o inolvidável é pouco conhecida, ao contrário do que sucede com a criação masculina. E, no entanto, é vasta e profunda a escrita sobre este tempo vivido no feminino. Recordemos alguns casos.

Agatha Christie, que exercerá enfermagem na cidade natal, Torquay, tornando-se assistente-química em 1916 e formando-se em farmácia, começa a escrever como escape ao trabalho de enfermagem *muito fatigante*, mas durante o qual vai conhecer diversos medicamentos e drogas que lhe facultam um conhecimento precioso para a sua futura obra. Em pleno conflito, escreve, em 1917, o seu primeiro romance policial, publicado em 1920, *O Misterioso Caso de Styles*, onde nascem os personagens paradigmáticos da sua obra: Hastings, capitão ferido e desmobilizado, regressando a Inglaterra, e Hercule Poirot, detetive belga refugiado em Inglaterra por causa da invasão da Bélgica, seu país natal, pela Alemanha.

Edith Wharton, futuro Prémio Pulitzer em 1921 com o romance *A Idade da Inocência* e designada para o Prémio Nobel em 1927, 1929 e 1930, coloca a sua grande fortuna ao apoio de refugiados e feridos da guerra, aloja e alimenta seiscentos órfãos de guerra e vai escrevendo sobre esta vivência magníficos artigos publicados no *New York Times*, nesses anos agrestes.

Collete, que conhece a frente da batalha à qual se desloca para ver o marido, narra a dura vida das mulheres em Paris, substituindo os homens, escreve impressionantes curtas histórias como *La Tête*, relato sobre um soldado do qual só resta a cabeça, e a admirável coletânea *Heures Longues 1914-1917*, onde sobressai um olhar único sobre

a vivência das subjetividades masculinas. Por exemplo, em *Chambre Éclairée*, a crise de orfandade sofrida por soldados, que os conduziria a procurar no casamento mais uma substituta da mãe do que uma mulher, ou a permanência de fantasmas perturbantes na sua personagem emblemática, particularmente no romance *La Fin de Chéri*, o seu herói levado ao suicídio pelo que hoje denominaríamos *stress pós-traumático*.

Entre as enfermeiras que se descobrem escritoras com a guerra, distinguem-se a australiana Helen Zenna Smith, a americana Ellen La Motte e as inglesas Vera Brittain e Enid Bagnold. Obras incômodas resultaram da sua experiência no terreno. O livro de Ellen La Motte, *The Backwash of War*, publicado em 1916, é mal recebido e só será republicado em 1934. Vera Brittain, que aderirá ao pacifismo como filosofia e movimento existenciais, descreve cruamente a devastadora experiência da guerra, nomeadamente num *Diário de Guerra*, numa biografia tardia e no impressionante *Testament of Youth*, no qual critica a literatura masculina por ignorar a mulher real, na retaguarda da guerra, mitificando-a ao representá-la como Andrómeda, sorrindo «entre lágrimas», ou então como «uma operária que se alimenta dos sofrimentos e abonos concedidos aos soldados mobilizados». Enid Bagnold, motorista militar em França, para onde é enviada por criticar duramente a falta de meios no hospital londrino onde trabalhava, escreve *A Diary Without Dates* (1917) e *The Happy Foreigner* (1920).

A profunda transformação da vida das mulheres no percurso da guerra, o novo protagonismo e o modo como é vivido e assumido com dor mas também descoberta de si e das suas potencialidades atravessa, igualmente, uma escrita feminina, considerada deveras negativa pelos poderes estabelecidos, desde os grandes poderes políticos e económicos institucionais ao poder masculino em desconcerto e temor pela transformação dos papéis.

Harriot Stanton Blatch, sexta filha de Elizabeth Cady Stanton, pioneira na luta pelo sufrágio feminino, formada em matemática em 1878, dedica-se ao estudo da história das mulheres, com o apoio de Susan Anthony e de sua mãe, publicando *History of Women Suffrage* e um estudo universitário sobre as condições do trabalho rural feminino, com um original levantamento estatístico. Em 1918 escreve *Mobilizing Woman Power*, obra na qual caracteriza a mobilização das mulheres como via para a conquista que pretende irreversível do trabalho feminino,

- 104 analisando os seus efeitos, considerando que a intensa participação profissional feminina no tempo de guerra tornou a Inglaterra num «país de mulheres capazes de olhos brilhantes» vivendo «*good time fine time*». Como diretora do Women's Land Army, a experiência de destruição da guerra vai conduzi-la ao pacifismo como inerente ao combate pelos direitos das mulheres, posição assumida na obra *A Woman's Point of View* (1920), coerente com a sua adesão ao National Woman's Party (Thébaud, 1995:48).

Charlotte Perkins Gilman cria uma das obras mais radicais neste tempo de guerra. Feminista, uma das primeiras sociólogas, publica *Women and Economics* (1898). É, porém, na ficção que a sua originalidade e arrojo mais se manifestam. Numa das suas primeiras obras, *The Yellow Wall-Paper*, inspirada na sua experiência concreta de depressão pós-parto, denuncia pela primeira vez o tratamento clínico de total isolamento e inatividade a que são sujeitas mulheres consideradas histericas quando atingidas por depressões resultantes muitas vezes do mal-estar psicológico numa sociedade de poder patriarcal que as oprime. Entre espantosas novelas e *shorts stories*, destacam-se *Moving the Mountain* (1911) e *With Her in Ourland: Sequel to Herland* (1916). Mas será *Herland* (1915) que mais a distingue. Manifesto crítico da guerra, desde sempre feito e responsabilidade masculinos, a novela situa-se num mundo utópico, um mundo de paz, sem opressão, universo da liberdade e da felicidade possíveis: um mundo sem homens em que a reprodução se processa por partenogénese.

Clara Goldschmidt, mais conhecida por Clara Malraux pelo apelido de casada com o famoso escritor, recorda o tempo da guerra em *Le Bruit de Nos Pas. Apprendre à Vivre*, obra publicada somente em 1963. Willa Cather é galardoada com o Prémio Pulitzer em 1923, com a obra *One of Ours*. Cicely Hamilton, no poema *Non-Combatant*, refere a culpabilização das mulheres, *bocas ociosas* face aos homens em sacrifício na frente de combate. Sandra Gilbert revisita o tempo da Primeira Guerra Mundial como *um festival de excessos femininos* ou, como dirá a escritora Nina Macdonald, um mundo às avessas «*all the world is topsy-turvy*».

Gertrudes Stein e Amy Lowell, sua companheira, escrevem neste período as suas mais arrojadas novelas de erotismo lésbico.

Escassa parece a escrita feminina de encorajamento patriótico e, curiosamente, manifesta-se mais através da poesia, de que é exemplo a poetisa inglesa Jessie Pope, enaltecendo os homens mobilizados.

9. Pós-Guerra Entre Mudanças e Persistências: Vida e Luta das Mulheres

A mobilização das mulheres na guerra é historicamente recente, verificando-se em simultâneo com a mobilização do povo que, segundo Clausewitz (1979: 386), emerge com a Revolução Francesa e se desenvolve com Napoleão, instaurando assim a guerra moderna. A mobilização feminina assumiu naturalmente características em conformidade com as práticas e os discursos das estruturas sociais determinadas por relações desiguais de poder, em termos de classe e de sexo. Mas é com a Primeira Guerra Mundial, dados os novos contornos intensivos e extensivos da mobilização das mulheres em diversas vertentes, que começa a perspetivar-se como problemática.

Em todas as guerras, a mobilização feminina no discurso governamental fundamenta-se na representação social dos sexos, e fundamenta-a, reforçando a identidade feminina e a identidade masculina, acentuando a simbologia de um modelo de virilidade masculina e de abnegação feminina, díade intrínseca à cultura e sub-culturas da guerra. A ocupação feminina dos lugares dos homens é encarada pelo poder como uma necessidade de um tempo de crise e, portanto, paralelamente à mobilização das mulheres para a produção, mantém-se e até se reforça, ainda que revestindo novas formas, o discurso ideológico e normativo sobre a função natural das mulheres, mães de família, mães dos soldados, mães da mãe pátria.

E se o trabalho feminino, ampliando-se a esferas tradicionalmente masculinas, suscita o temor de masculinização da mulher, o discurso dominante garante a salvaguarda da feminilidade tão duramente posta à prova (Thébaud, 1995: 45). Daí o regresso à ordem no final do conflito, com a desmobilização através do desemprego feminino: «Mulheres reentrai no lar, no vosso lugar, na família».

Entre estes dois tempos, o início e o fim do conflito, a vida e a luta das mulheres experimenta mudanças plurais e opostas, num fundo de permanências persistentes, construídas de modo a manter a ordem

106 classista e patriarcal; uma ordem ferida mas sobrevivente através de uma hábil recuperação política do sistema capitalista.

Em vésperas da eclosão da guerra, a luta feminista encontra-se em notório desenvolvimento em muitos países da Europa, em vários estados dos Estados Unidos, na Nova Zelândia e na Austrália. O seu núcleo é o combate pelo direito ao voto, impulsionado pela criação, em 1904, da Associação Internacional para o Sufrágio das Mulheres. Em maio de 1914, três mil mulheres europeias e dos Estados Unidos desfilam reivindicando o direito ao voto. No início do verão, em Inglaterra, a União Nacional das Sociedades Sufragistas promove uma manifestação reunindo 480 sociedades e 53 mil mulheres. A 5 de julho feministas francesas desfilam em honra de Condorcet. Distingue-se a mobilização francesa, apoiada por uma forte imprensa feminista, e na qual sucede a organização, em 1914, com o apoio de *Le Journal*, de «um voto branco», ação em que mais de 500 mil mulheres depositam nas urnas boletins declarando «Eu quero votar». Na Inglaterra mantém-se o radicalismo das sufragistas. Em Portugal, sucede suscitando a atenção das associações feministas, da imprensa nacional e internacional, feminista mas não só, sucede o caso de Carolina Beatriz Ângelo, a primeira mulher a votar no país, porque viúva e, portanto, chefe de família, termo este consagrado na lei; a justiça lhe dá razão no seu recurso contra o governo, que lhe recusara tal direito e ato. Generaliza-se no Ocidente uma movimentação feminista cada vez mais ampla: «1914 poderia ter sido o ano das mulheres, mas foi o ano da guerra, que veio repor cada sexo no seu lugar!» (Thébaud, 1995).

A guerra vem colocar as reivindicações feministas num segundo plano de manifestação. Em todos os países intervenientes no conflito, no imediato ou *a posteriori*, feministas, de todas as tendências religiosas e políticas, na teoria e na prática, assumem a mobilização das mulheres para o esforço da guerra como um dever patriótico. «Mulheres da nossa terra e da nossa raça, estamos prontas para todos os sacrifícios que nos são pedidos», clama Julie Siegfried, Presidente do Conselho Nacional das Mulheres Francesas, insistindo no imperativo das mulheres em apoiar, incentivar, secundar o dever dos homens para com a pátria. «Mulheres, o vosso país tem necessidade de vós, sejais dignas de ser cidadãs, quer o nosso objetivo (o direito de voto) seja ou não reconhecido». «*E o sufrágio? Reclamamo-lo mais do que nunca. Mas não seria conveniente e útil para a nossa causa empreender uma ardente*

campanha sufragista», escreve, em 1916, Cécile Brunschvicg, da União Francesa para o Sufrágio das Mulheres (Bard, 2001: 14). Marguerite Durand, do jornal feminista *La Fronde*, e Jane Misme, diretora de *La Française*, órgão principal do feminismo moderado, estão plenamente de acordo: «Enquanto durar a provação, que faz sofrer o nosso país, não será permitido a ninguém falar dos seus direitos, agora só temos para com ele deveres». Em Inglaterra, a outrora radical Emmeline Pankhurst vibra de patriotismo belicista. Em Portugal, Ana da Castro Osório sublinha, como referimos, o dever de apoio incondicional ao esforço de guerra: «A mulher que o não fizesse seria uma criminosa». Excetuando as feministas pacifistas, minoria combativa mas ostracizada e com militantes sofrendo o julgamento e a prisão, o tom semelhante multiplica-se nos demais países em guerra. Esta mobilização para a guerra defensiva exprime-se quer nas obras assistenciais e na frente da produção, quer num novo discurso que impregna a fala, a escrita feministas, de um novo léxico: «Raça, Pátria, Dever», «Vontade de Servir», feminina, mulheres como «Segunda Frente», «Combatentes da Retaguarda».

O patriotismo assumido sincera e fervorosamente pelas feministas encontra encorajamento também na convicção de que a ação das mulheres em tempo de guerra beneficiaria a sua causa, alterando as resistências dos poderes face ao reconhecimento da legitimidade da igualdade. As mulheres esperam ser reconhecidas e recompensadas pelo seu papel vital na defesa contra uma guerra conduzida pela barbárie. Os resultados obtidos seriam, todavia, desanimadoramente reduzidos no plano do reconhecimento dos direitos. Mais ainda, depois da experiência feminina, através de nova mobilidade e responsabilidade laboral e social, em todos os países assiste-se ao mais ou menos célere processo político de regresso à *normalidade*. A desmobilização das mulheres da frente produtiva é frequentemente brutal. É preciso esvaziar os lugares que elas ocuparam para os homens que regressam. O aumento da taxa de emprego feminino registado no pós-guerra, relativamente ao período anterior ao conflito mundial, não é tão significativo quanto se esperaria. Basta analisar as estatísticas dos países envolvidos.

E é urgente erguer uma outra frente de mobilização feminina à qual todas as outras se devem sacrificar: a *mobilização dos ventres*. «O primeiro dever depois da guerra será ter muitas crianças para preencher os vazios», exorta Cécile Brunschvicg, da União Francesa

108 para o Sufrágio das Mulheres. A quebra demográfica provocada pela guerra, violentíssima em vários países, origina uma obsessão natalista que não passa por favorecer as mulheres trabalhadoras no seu direito à maternidade, mas por reduzi-las a parideiras da nação. Sucederão denúncias de esterilidade feminina, penalização da contraceção, criminalização do aborto. Simultaneamente, os governos começam a adotar medidas progressivamente protetoras da gravidez e maternidade, até sob pressão de muitas feministas rendidas a esta batalha de dar à luz os filhos da nação, questão vital para os países.

Na glorificação da maternidade, note-se a expansão da *Festa da Mãe*, instituída pela primeira vez nos Estados Unidos em 1914, pelo presidente Wilson, segundo domingo de maio, iniciativa criticada por feministas. Depois de 1918, a *Festa* ou *Dia da Mãe* estende-se como festa maior aos restantes países: Canadá, Austrália, Grã-Bretanha, Alemanha 1923 e França 1926, mas será com o nazismo e o fascismo que se institui poderosamente.

Porém, com o retorno das mulheres a casa, embora em muitos países a sua presença no mercado de trabalho não regresse aos números anteriores à guerra, as fervorosas campanhas pela sua sujeição a um único destino *esposa, dona de casa, mãe* não conseguirão anular o efeito das vivências femininas durante a guerra: a saída para o espaço público, a entrada no mundo do trabalho, a autodescoberta de capacidades desconhecidas e inesperadas, o companheirismo, as cumplicidades femininas. Ainda que a discriminação permaneça no domínio laboral e social, «[a] mobilização da guerra constituiu para um certo número de mulheres uma experiência de liberdade» (Thébaud, 2000: 245).

Elas são *outras*, tal como *outros* são os homens regressados de terríveis vivências jamais imaginadas. «Quando os homens regressam da guerra, esgotados por quatro anos passados no fogo e no sangue das trincheiras, não reconhecem as mulheres» (Goldmann, 1994: 111). Elas ganharam uma autonomia subjetiva que se espelha no corpo, no vestuário: saem sem chapéu, o que seria completamente impossível para as mulheres da burguesia em 1914, cortaram os cabelos, deixaram de usar espartilho, subiram as saias até ao joelho, usam vestidos de tecido moldável ao corpo, saem e ousam entrar sozinhas em cafés e teatros.

Esta autonomia evidenciada pelas mulheres, já temida mesmo quando eles se encontravam na frente, sobressalta muita literatura

masculina. Henri Barbusse, em *Le Feu*, essa admirável obra sobre a guerra, Prémio Goncourt em 1916, escrevera: «Há dois países. Digo que estamos separados em dois países estranhos: o da frente lá longe, onde há demasiados infelizes o da retaguarda onde há demasiados felizes». D.H. Lawrence, T.S. Eliot, Ernest Hemingway e outros escritores descrevem a guerra «como uma revolta apocalíptica no combate dos sexos, com o sacrifício dos rapazes ao país e às mulheres» e, por vezes, na expressão de Sandra Gilbert, «como um festival de excessos femininos» (Thébaud, 1995: 48). Karl Krauss, na obra *Os Últimos Dias da Humanidade*, escrita entre 1918 e 1919, denuncia a confusão dos sexos como um sinal do abismo de decadência contido na guerra.

A solidão dos longos anos de conflito ocasionou outros encontros, alguns muito breves mas intensamente vividos sob o espectro da incerteza de um amanhã. Não por acaso, as autoridades tentaram vigiar as mulheres, em particular as casadas, vigilância rigorosíssima nas localidades próximas das frentes. Em Inglaterra impedia-se as mulheres de saírem à noite nestas zonas e, em alguns países, a suspeita de infidelidade implicava o corte do subsídio estatal às mulheres dos mobilizados. O que não detém um aumento alarmante da ilegitimidade de crianças de 1914 a 1918.

O medo de serem esquecidos, o pavor da infidelidade das mulheres que deixaram, o *pesadelo do abandono* dilaceraram os homens nas frentes duma guerra tornada tão longa. Acresce que guardam a imagem da mulher que deixaram, a nostalgia da doçura e passividade de uma essência feminina. É esta imagem que esperam intacta no seu regresso: «A guerra reforça nos homens confrontados com os horrores o sentimento de uma irredutível diferença entre os sexos e a sedução de uma feminilidade, tradicional, passiva e consoladora» (Thébaud, 1995: 24). O drama do desencontro entre o que fora e não será mais, apesar dos pesados resíduos, o que foi e os homens esperavam encontrar e o que os aguarda manifesta-se no aumento significativo de divórcio nos países beligerantes.

Se existem muitos trabalhos históricos e sociológicos sobre o protagonismo laboral e social das mulheres em tempo de guerra e no pós-guerra, seja este tempo lido como um impulso emancipatório, seja como reforço das representações sociais de sexo, menores são os estudos sobre os comportamentos amorosos. Todavia, diversos trabalhos referenciam o facto de a guerra, pelo sentimento de efemeridade e pela

- 110 consciência da ameaça da ausência do reencontro que lhe são inerentes, suscitar outro ritmo e intensidade nas relações amorosas. Poderá colocar-se como interrogação problemática se não será no domínio das vivências amorosas que se teriam verificado mutações mais profundas na dialética relacional dos sexos. Michelle Perrot considera que a Primeira Guerra Mundial contribuiu para «o aparecimento do casal moderno centrado na urgência da realização individual e já não patrimonial» (Thébaud, 1995: 52). Podemos ainda interrogar se não será no domínio das vivências amorosas que se teriam verificado mutações mais profundas na dialética relacional dos sexos. Apesar de algumas obras, nomeadamente no campo de estudos feministas, terem introduzido a abordagem desta problemática, ainda são escassas as análises sobre os efeitos dos grandes conflitos bélicos nas relações amorosas e sobre a relação da génese destes efeitos com as vivências de autonomia experimentadas pelas mulheres, que as colocaram em confronto com o que delas se pensava, o que elas pensavam ser e o que foram capazes de ser no tempo do conflito, assim como sobre o choque entre estas vivências femininas e as vivências traumatizantes dos homens na frente de batalha.

Em relação aos direitos sociais e políticos, que mudanças a guerra teria desencadeado na vida das mulheres?

Mais uma vez excessivamente otimista, Ana de Castro Osório (1918: 46-47) afirma que «não havia nenhuma mulher no mundo que aceitasse o triunfo da sua causa à custa de tantas dores humanas, mas a verdade é que a guerra causada e feita pelos homens só à mulher vem beneficiar. O que em parte alguma, exceção feita aos Estados Unidos e aos países escandinavos, se tinha concedido à mulher no campo das suas reclamações sociais, políticas e legais, está sendo dado com uma generosidade, que até em certos países da grande cultura intelectual e moral, como a Inglaterra e a França, excedem os desejos da massa feminina () no nosso país pouco ainda se tem feito pela mulher, apesar mesmo da guerra».

Realmente em alguns países, parlamentares propõem a concessão do direito de voto às mulheres, frequentemente de forma muito limitada. Maurice Barrès, escritor nacionalista, «propõe que o direito de voto dos soldados mortos pela França seja transmitido à sua viúva, se for casado, ao seu pai, se for solteiro, e, em caso de morte do pai, à sua mãe, proposta vivamente rejeitada pelas feministas» (Bard, 2001:

16). Mais frequentes as propostas de *voto familiar para as mulheres solteiras ou chefes de família*, proposta igualmente rejeitada pelas feministas pois mantêm a menoridade cívica da mulher casada. Aparece também a defesa do voto municipal. Ana de Castro Osório (1918: 18), em *A Sementeira*, noticia um telegrama publicado na imprensa portuguesa: «O telegrama era o seguinte: Roma: O sr. Sacchi, ministro da justiça, apresentou à câmara um projeto de lei estabelecendo a igualdade legal absoluta dos dois sexos e revogando todas as leis procedentes em contrário. E ahi fica a gente apavorada só em pensar o que diriam certos intelectuais se um ministro se lembrasse em Portugal de apresentar qualquer coisa que de longe se parecesse com igualdade de direitos entre os seres humanos que formam o conjunto da mesma sociedade».

111

No final dos anos 1960 e início de 1970, vários autores começaram a questionar a natureza dos efeitos das guerras, particularmente das grandes guerras mundiais, na situação social da mulher, até aí considerados predominantemente de sentido emancipador. Os trabalhos de James F. MacMillan, em 1977, e os de Gail Braydon e Deborah Thom sobre as mulheres trabalhadoras no período das guerras mundiais contestam a tese do efeito emancipatório e, como salienta Françoise Thébaud (1995: 33), acentuam o caráter provisório e superficial das mudanças: a guerra teria constituído «um parêntese antes do retorno à normalidade», teria mesmo bloqueado «o movimento de emancipação que se esboçava na Europa, no início do século XX e que se encarnava numa nova mulher (*new woman*) económica e sexualmente independente e num poderoso movimento feminista, tão igualitarista como imaginativo».

Uma análise histórica, ainda que sumária, evidencia efetivamente retrocessos no movimento das mulheres. Durante a Primeira Guerra Mundial, assiste-se em França, na Inglaterra, nos Estados Unidos e em Portugal a uma suspensão assumida das reivindicações feministas em resposta ao apelo de mobilização patriótica. Mas serão maioritariamente goradas as expectativas das feministas, mais otimistas com a consagração da plena igualdade da mulher no quadro da revolução socialista de outubro, em 1917, na Rússia, que esperam o reconhecimento governamental do seu esforço na guerra como propício à concessão do direito ao voto. O direito ao voto feminino é apenas concedido nos países escandinavos; nos Estados Unidos só em 1920, na sequência de uma

- 112 acesa luta feminista com destaque das militantes do National Woman's Party, que desde janeiro de 1917 e durante meses se manifestam em frente à Casa Branca, agredindo-se às grades; na Grã-Bretanha, em 1918, mas apenas às mulheres com mais de 30 anos, excluindo assim 5 milhões dos 12 milhões de mulheres; em 1919, na Alemanha, onde 37 deputadas são eleitas à Convenção de Weimar; em novembro do mesmo ano, na Dinamarca, na Nova Zelândia e, em 1920, na Áustria e na Hungria. Em França, em 1919, o Senado recusa a lei aprovada pela Assembleia Nacional reconhecendo o voto feminino, apenas alcançado em abril de 1940.

Muita luta e outras guerras esperarão ainda as mulheres.

Bibliografia

- Audoin-Rouzeau, S. & Becker, A. (1998). *La Grande Guerre, 1914-1918*. Paris: Gallimard.
- Bard, C. (2001). *Les Femmes Dans la Société Française au XX^e Siècle*. Paris: Armand Colin.
- Bard, C. & Thébaud, F. (1999). Les Effets Antiféministes de La Grande Guerre . In: C. Bard (dir.), *Un Siècle d'Antiféminisme*. Paris, Fayard, pp. 149-168.
- Bosio-Valici, S. & Zancarini-Fournel, M. (2001). *Femmes et Fières de l'Être. Un Siècle d'Émancipation Féminine*. Paris: Larousse.
- Clausewitz, C. von (1979). *Da Guerra*. Lisboa: Perspectivas e Realidades.
- Goldmann, A. (1994). *Les Années Folles, XX^e Siècle*. Firenze: Casterman-Giunti.
- Hutchinson, A.S.M. (1922). *This Freedom*. Boston: Little, Brown, and Company.
- Montreynaud F. (1989). *Le XX^e Siècle des Femmes*. Paris: Nathan.
- Nash, M. (2005). *As Mulheres no Mundo: História, Desafios e Movimentos*. Vila Nova de Gaia: Editorial Ausência.
- Osório, A.C. (1918). *Em Tempo de Guerra. Aos Homens e Mulheres do Meu País*. Lisboa: Ventura.
- Pestana, A. [Caiel] (1898). *La Femme et la Paix: Appel Aux Mères Portugaises*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Prost, A. (1977). *Les Anciens Combattants et la Société Française, 1914-1939*. Paris: Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 3 vols.
- Robert, J.-L. (dir.) (1995). *Le XX^e Siècle*. Paris: Bréal.

- Rowbotham, S. (1980). *La Mujer Ignorada por la Historia*. Madrid: Pluma/Editorial Debate. 113
- Thébaud, F. (1995). A Grande Guerra: o Triunfo da Divisão Sexual do Trabalho . In: G. Duby & M. Perrot (orgs.), *História das Mulheres no Ocidente o Século XX*. Vol. V. Porto: Edições Afrontamento, pp. 30-90.
- Thébaud, F. (2000). Deuil, viols, combats... L'épreuve de la guerre . *L'Histoire*, nº 245, pp. 96-98.
- Valéry, P. (1924). *Variété*. Paris: Gallimard.
- Zweig, S. (2005). *O Mundo de Ontem. Recordações de um Europeu*. Lisboa: Assírio e Alvim.